JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES
HISTÓRIA DO IMPÉRIO
TEMAS BRASILEIROS
ARMANDO PACHECO

JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES

HISTÓRIA DO IMPÉRIO

Ilustrações de:

ARMANDO PACHECO ALVES:

DISTRIBUIDORA RECORD
RIO DE JANEIRO

DISTRIBUIDORA RECORD DE SERVIÇOS DE IMPRENSA LTDA.
Avenida Erasmo Braga, 255 – 8.º – Rio de Janeiro (GB) ZC-P

Publicado em 1963

ÍNDICE

PREFÁCIO

Recebi com muita alegria o convite da Distribuidora Record, por intermédio do escritor Sérgio D. T. Macedo, para escrever uma pequena História do Império, para jovens. O assunto, no qual venho trabalhando por assim dizer durante tôda a minha vida, é palpitante — foi a oportunidade que o nosso povo teve de desdobrar suas melhores qualidades e praticar com mais facilidade as suas virtudes. Instituições adequadas às nossas necessidades, boa seleção de valores, ordem e liberdade, boa arrumação geral, tivemos, então, o que poderíamos exigir de um sistema político.

Ora, nesta fase difícil de transição e adaptação em que vivemos, o conhecimento do passado é sumamente importante, pois nenhum país poderá alcançar um futuro realmente fundado em bases sólidas, se não reconhecer as linhas mestras de seu passado e as permanentes lições da História. O futuro, se não fôr continuação do passado, será uma construção feita no ar, sem base nem alicerces.

J.C.O.T.

Belo Horizonte, 10 de janeiro/63.

HISTÓRIA DO IMPÉRIO

1

A Situação do Brasil no Ano de 1801

DURANTE TRÊS SÉCULOS formara-se na América uma área de língua portuguêsa, habitada por uma população mesclada, de fundo português, africano e indígena e sujeita ao Rei de Portugal.

A aventura, porém, da formação do Brasil não fôra simples: os problemas eram muitos. De início, tratava-se de descobrir condições de vida para os habitantes da América Portuguêsa: embora a natureza fôsse "dadivosa e boa", a região descoberta por Pedro Álvares Cabral, à primeira vista não apresentava qualquer espécie de produto que permitisse o estabelecimento de uma economia estável. Martim Afonso de Souza introduz a pecuária e a cana de açúcar que permitiram, afinal, o povoamento das terras americanas do Rei de Portugal. Atrás disto, vieram colonos e, principalmente, outras formas de cultura, de usos, de móveis, de objetos de uso doméstico, de estilos de construção, oriundos da América, da África, da Ásia, da Oceania. Como uma população também mesclada, o Brasil tornou-se, ràpidamente, uma

espécie de ponto de reunião de tôda a sorte de plantas, animais, e artigos de comodidade, originários de tôdas as partes do globo.

No século XVIII, a descoberta das minas de ouro permitiam a expansão pelo interior do continente e o aparecimento de uma área densamente povoada, com uma autêntica vida urbana — as Minas Gerais.

No limiar do Século XIX, o Brasil, oficialmente denominado Estado do Brasil e apanágio do herdeiro da Coroa, que tinha título de "Príncipe do Brasil", além de ser infinitamente mais extenso do que o Reino de Portugal em seu território metropolitano, possuía uma população quase igual, em fase de crescimento relativamente rápido, e possibilidades por assim dizer ilimitadas. A sua população, ademais, começava a sentir-se diferente da população reinol, conflitos ocorriam constantemente e, mesmo, os modos de falar já se distinguiam. Alcunhando-se mùtuamente de modo depreciativo — "pés de chumbo" e "mazombos", portuguêses e brasileiros não se entendiam bem, começavam a considerarem-se recìprocamente como estrangeiros. E autênticas conspirações separatistas, no gênero da Inconfidência Mineira, da Inconfidência Bahiana, ocorriam com inusitada freqüência.

Se, porém, começava a surgir entre os brasileiros uma consciência de sua distinção, em face de Portugal, se os nascidos no Brasil, mesmo de pais portuguêses (basta recordar o Tiradentes) já se sentiam diferentes, hostis, estrangeiros aos nascidos no Reino, não havia uma consciência de unidade para o Brasil. Sociològicamente falando, e mesmo, pollticamente o Brasil não era "um País", mas uma vasta região unificada apenas pela condição de possessão portuguêsa. Não havia um govêrno para o Brasil, o título de vice-rei sendo apenas honorífico; não havia quase nenhum comércio entre as capitanias, completamente isoladas umas das outras, com populações diferenciadas, e separadas por obstáculos naturais, como florestas ínvias, montanhas escarpadas, um litoral de navegação difícil. Isto quando não existiam proibi-

O Príncipe D. João, embora hábil e sagaz, não era um estadista de grande fôrça e energia.

ções expressas de comunicação interna, como no caso das Minas Gerais, para evitar o contrabando do ouro e dos diamamantes.

Enquanto isto, o Reino atravessava uma fase que todos consideravam de inevitável decadência — com economia depauperada, cultura em declínio, desprestígio no campo internacional, poderio militar reduzido, situação agravada pelo fato de estar a coroa, num regime plenamente absolutista e centralizado, entregue a D. Maria I (D. José I morrera sem deixar filhos homens) que, não agüentando as sobrecargas terríveis que pesavam sôbre ela, enlouquecera. A regência fôra entregue a seu filho, o Príncipe D. João, que hábil e sagaz, não era um estadista de grande fôrça e energia.

Como se isto não fôsse suficiente, a Revolução Francesa varrera a face da terra, destruindo estruturas políticas e sociais, assim como sistemas de idéias que vinham de mil anos... E a organização política e social de Portugal, assim como as idéias dominantes em seu mundo oficial, tudo estava ligado ao conjunto que a Revolução vinha destruindo.

Ora, a Revolução produzira uma espécie de ciclone, Napoleão, que vinha arrazando tudo e revirando a Europa pelo avêsso.

Um belo dia, a tempestade desabou sôbre Portugal — e a única solução que se encontrou foi transferir a capital do Império Português, de Lisboa para o Rio de Janeiro. Vários navios com a Família Real, o pessoal da Côrte, papéis de estado, valôres do tesouro real, zarparam de Lisboa para o Brasil. O marechal Junot, general de Napoleão, chegaria à velha capital no dia seguinte — com 24 horas de atraso e a História do Brasil seria outra.

2

O Reino do Brasil

DURANTE UMA DÚZIA DE ANOS, o Brasil viveu uma situação extraordinàriamente rica de vantagens e sobremodo original — sede da Monarquia Portuguêsa. Passou a gozar de tôdas as vantagens de ter um govêrno próprio. Surgiu um esbôço de unificação, o seu comércio começou a ser feito com tôdas as nações, o que trouxe muitos benefícios, com a introdução de usos e costumes novos, além de favorecer à prosperidade geral, os viajantes estrangeiros começaram a visitar o país, tornando-o conhecido dos outros povos, isto sem falar em medidas governamentais de tôda sorte, altamente benéficas ao país, criando um sem número de serviços públicos de interêsse. E, contrastando com a política dos ministros de D. Maria I, que hostilizavam o progresso do Brasil, D. João VI, cercado de bons auxiliares, como o Conde de Linhares e o Conde da Barca, procurou intensificar não sòmente o desenvolvimento econômico, como o progresso das ciências, das letras e das artes no Brasil. Da imprensa à siderurgia, várias providências úteis foram tomadas.

De tôdas as iniciativas do govêrno de D. João VI em benefício do País, nenhuma se compararia à elevação do Brasil a Reino. Com isto, a América Portuguêsa, tomada como uma realidade global, seria equiparada juridicamente à antiga metró-

pole — Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esta medida, que na ocasião, não teria maior alcance prático, pois dado o sistema de govêrno então vigorante afinal tudo era a mesma coisa e, de qualquer modo, o Rei estava no Rio de Janeiro, teria conseqüências importantíssimas do ponto de vista psicológico: os brasileiros, sentiram-se, naturalmente, envaidecidos com a providência e adquiriram consciência de sua posição em pé de igualdade com os reinos e, êstes, por outro lado, intensificaram os sentimentos de ciumes para com a colônia americana. Basta recordar um fato — para a linguagem corrente, a palavra "reino" aplicava-se à Metrópole, de onde vinham os produtos importados, os artigos manufaturados, as peças ricas — dizia-se "do Reino", relativamente a todos os artigos de origem estrangeira. Ora, aplicando à Colônia o mesmo título distintivo da Metrópole, numa fase em que afinal os papéis estavam invertidos e as ordens vinham da antiga dependência ultramarina, o resultado era, muito simplesmente, a anulação das diferenças. Se a mudança da Família Real, fato de importância decisiva, posto que transitória (muito embora D. João VI nada fizesse para voltar a Lisboa, não obstante a normalização da situação internacional) já criara uma situação profundamente desagradável para os habitantes de Portugal, a elevação do Brasil a Reino significaria a estabilização definitiva da nova ordem de coisas criada com a sede da Monarquia no Rio de Janeiro. Criou-se, em Portugal, um verdadeiro "complexo de inferioridade" — a elevação do Brasil a Reino, a permanência definitiva da Côrte no Rio conduziriam, afinal, como resultado único: a transformação de Portugal em província do Brasil — um Pernambuco ou Paraíba mais distante um pouco...

E, como por tôda parte surgissem revoluções liberais, exigindo constituições e governos democráticos, rebentou, em 1820, uma revolução no Pôrto, exigindo que D. João VI desse uma Constituição a Portugal e, principalmente, que volvesse para a Europa. Muito a contragosto, o velho soberano cedeu: não tanto por causa da Constituição, mas pelo fato de largar o Rio, de que gostava sinceramente e onde sabia que se achava garantido de

maiores confusões internas e externas. Dêle ficaram as palavras de despedidas:

— Aqui fui rei, aqui tive majestade.

Sabia que em Portugal, com o país fervendo de ímpetos revolucionários e com um ódio generalizado à sua política brasileira, só teria desgostos. Sentia também que a crise conduziria fatalmente à separação entre os "dois hemisférios", como se dizia.

E teve uma solução genial — partindo, não largaria o Reino do Brasil entregue ao acaso — deixou nêle seu filho e herdeiro, o jovem e bravo Príncipe D. Pedro, que teria todos os poderes e tôdas as atribuições do Rei — seria Regente e Lugar-Tenente de Sua Majestade.

Ao despedir-se do filho, D. João proferiu a frase famosa:

— O Brasil não tardará a separar-se; antes que seja para ti, que me hás de respeitar do que para algum dêstes aventureiros.

E foi-se com lágrimas nos olhos...

Mas, apesar de tudo, fundara um Império na América, como dissera ao desembarcar no Brasil, 12 anos antes, em manifesto dirigido às nações.

3

O Príncipe e a Assembléia

FICOU D. PEDRO I, com 23 anos de idade, casado de pouco com uma princesa austríaca, D. Leopoldina, (o que lhe dava uma importância especial – fazia-o concunhado de Napoleão, o homem mais famoso de seu tempo), a governar o Brasil. O ambiente era de confusões e lutas. O mundo português nascia para uma era nova, os povos queriam liberdade e a convicção de que os brasileiros deviam governar o Brasil tornava-se cada vez mais generalizada.

D. Pedro, que viera para aqui menino, adotara os costumes brasileiros e sentia-se solidário com o nôvo país. Era um rapaz bravo, alegre, bom cavaleiro, amigo de exercícios violentos, embora impulsivo, e por vêzes grosseiro, o que não era incomum nos rapazes brasileiros de seu tempo.

Mas, o seu problema político sério nasceu das Côrtes Gerais. Estas eram assembléias do povo, com representantes de Portugal (em maioria) e das províncias brasileiras. Esta assembléia devia fazer a Constituição para Portugal e Brasil.

Mas aconteceu um fato nôvo: os deputados lisboetas, ao invés de cuidarem do seu problema específico, a Constituição, pensaram em repetir em Portugal a Revolução Francesa. É que detestavam D. João VI, não só por exaltados sentimentos de

republicanismo, como, também, e principalmente, pelo fato de haver o velho rei trocado Portugal pelo Brasil. Mas, acima de tudo, a assembléia era hostil ao Brasil. Parecia que os deputados detestavam o Brasil por haver dado asilo e abrigo seguro a D. João VI e a êste por ter valorizado o Brasil. Ou seria pelas duas coisas ao mesmo tempo?

Os deputados brasileiros sofriam tôda a sorte de vexame e, afinal, tiveram de fugir para não serem mortos, ou pelo menos, presos e processados. O nosso país seria tratado como terra conquistada. Quem lê, hoje, os debates, sente que a idéia de "Reino" do Brasil era de molde a tirar o sono e o apetite dos ferozes liberais de Lisboa. Deliberaram, então, não só acabar com a categoria de Reino para a América Portuguêsa, como dividir o país em várias partes, com govêrnos independentes uns dos outros, mas dependentes de Lisboa. Sente-se que, se a política das Côrtes fôsse avante, o Brasil se transformaria, quando se separasse de Portugal, em quatro ou cinco países diferentes. E como o símbolo da condição de reino do Brasil, e sua unidade, mesmo de seu direito à autonomia era a presença do Príncipe-Regente no Rio, os deputados determinaram destituí-lo do pôsto, mandá-lo passear na Europa, "para completar a sua educação". As cartas dirigidas por D. Pedro ao rei, embora carta de filho para pai e de um representante del-rei para Sua Majestade, eram abertas pelas Côrtes, lidas em plenário, e as respostas ditadas pelo Congresso. D. João VI, pràticamente deposto, limitava-se a assinar. A ferocidade contra D. Pedro era tamanha que os deputados em seus discursos não pejavam de ofendê-lo pessoalmente com expressões desrespeitosas, numa demonstração de total desprêzo por sua posição social e por suas qualidades pessoais.

No Brasil, os discursos e as atitudes dos deputados de Lisboa provocavam natural repulsa e produziam acentuado interêsse do povo em favor da separação. E como o Regente tornava-se um fator de unificação e de autonomia, era a presença física de um govêrno próprio e para todo o Brasil, os espíritos mais esclarecidos começaram a rodear o jovem príncipe.

Foram dias agitados e confusos, não sòmente pela natural desorganização que costuma ocorrer em épocas semelhantes, como também, pela grande variedade de opiniões. Havia muita gente partidária da unidade com Portugal, havia os que apoiavam as Côrtes, não sòmente por serem uma Assembléia liberal, mas igualmente pelo fato de sua política dar grande autonomia às províncias, o que lhes satisfazia as vaidades regionais. Mas, com o correr do tempo todos sentiram que a melhor solução era ficar o Brasil unido sob o govêrno de D. Pedro — e independente.

Em 9 de janeiro de 1822 dá-se o primeiro grande ato de soberania brasileira: atendendo ao que lhe pedia o povo do Rio, D. Pedro resolve desobedecer às ordens da Côrte e ficar no Brasil. É o famoso dia do "Fico".

Logo depois tenta a grande medida revolucionária — passa a ter ministros brasileiros — o principal deles, José Bonifácio de Andrada e Silva, natural de Santos, grande sábio mineralogista que, depois de longos anos de estudos e trabalhos na Europa, volvera ao Brasil já idoso. José Bonifácio, homem de real cultura e grande inteligência, tornou-se, por assim, o primeiro ministro de D. Pedro e começou a influir no ânimo do Regente.

Êste, em virtude da agitação reinante nas províncias, faz uma importante viagem — percorre Minas Gerais, cujas belas cidades visita e cuja paisagem admira. Dizem que sentiu, então, como era grande e formoso o país que o destino lhe dera.

Inteligente como era não lhe foi difícil verificar que se se tornasse o fundador da nova pátria brasileira teria um lugar notável na História. Antes ser o fundador de um grande Império na América, o continente do futuro, do que prosseguir na série de reis portuguêses.

4

Independência ou Morte

A situação agravava-se: os brasileiros reuniam-se em tôrno do Príncipe; êste tornava-se cada vez mais identificado com a causa brasileira — e enquanto isto se dava, os deputados portuguêses adotavam uma política cada vez mais agressiva com relação ao Brasil e o Príncipe. Parecia que êles de fato queriam a separação...

Afinal, parte D. Pedro para S. Paulo a 14 de agôsto de 1822. Lá chegando, ao cair da tarde do dia 7 de setembro, recebe cartas do Rio, onde D. Leopoldina ficara como Regente. A situação torna-se séria — não havia tempo a perder. Fazia-se a Independência agora, ou nunca. Uma indecisão poderia significar não sòmente a perda do Brasil como, talvez, da própria coroa portuguêsa, pois na marcha em que iam as coisas Portugal terminaria sendo república. D. Pedro, às margens do riacho Ipiranga, nos arrabaldes da capital paulista — hoje um bairro da grande metrópole industrial do Brasil — tira o tope português de seu chapéu — e brada:

— É tempo. Independência ou Morte.

Na mesma hora, todos os de seu séquito repetiram a frase que passaria a ser o lema nacional.

Entrando em S. Paulo D. Pedro seria alvo de grandes homenagens — o povo aplaudindo frenèticamente o libertador do Brasil.

Voltando ao Rio, D. Pedro começou a tomar providências para a organização do nôvo País. Havia de tudo: desde expulsar tropas portuguesas que ainda estavam em nosso território, conquistar as províncias do norte que continuavam aceitando a autoridade das Côrtes, conseguir o reconhecimento por parte das potências estrangeiras, etc. E havia também a necessidade de organizar o país inteiramente. O povo brasileiro queria uma constituição, queria o regime representativo. Ficou assentado que o Brasil seria um Império — por sua extensão territorial e variedade de climas, não poderia ser um simples reino; pelo caráter democrático da autoridade do Imperador, que seria considerado como tendo seu poder da aclamação dos povos, também deveria ser um Império, não um reino, de sentido mais aristocrático.

E um Império teria, por exemplo, bandeira, armas, hinos... Em 19 de setembro foram baixados decretos acêrca dos símbolos nacionais. A bandeira seria um retângulo verde, no qual se inseria um losango amarelo, com o brazão de armas imperiais. As côres foram escolhidas por ser o verde a côr da casa de Bragança, à qual pertencia D. Pedro I e o amarelo da casa de Lorena, de onde se originava D. Leopoldina. O brazão continha a esfera armilar do Reino Unido, atravessada pela cruz da Ordem de Cristo, rodeada de uma orla de estrêlas simbolizando as províncias. Tudo encimado pela corôa imperial e rodeado por ramos de café e de fumo. No dia 12 de outubro D. Pedro foi aclamado Imperador no Rio e em muitas cidades brasileiras, a simbolizar a adesão do povo à sua autoridade e à independência do Brasil.

Sendo Imperador, D. Pedro seria coroado e sagrado, numa bela cerimônia religiosa que se realizou na catedral do Rio de Janeiro, no dia 1 de dezembro.

Na mesma ocasião D. Pedro criaria uma ordem honorífica — a Ordem Imperial do Cruzeiro para assinalar o faustoso acontecimento.

— *É tempo. Independência ou Morte!*

E haveria, também, um hino, com letra de Evaristo da Veiga e música de D. Pedro I (que era excelente compositor musical) e que, até hoje cantamos como a "Marselhesa" brasileira — o famoso Hino da Independência:

"Já podeis, da Pátria, filhos,
Ver contente a mãe gentil"...

O título oficial do chefe do Estado seria: Sua Majestade Imperial o Sr. D. Pedro I, por graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil...

O Brasil tornara-se independente, uma nova nação nascia para o mundo. Contràriamente aos demais países da América, adotaria a forma monárquica de govêrno. E contràriamente ao que tem acontecido em todos os países, tivemos a Independência feita por intermédio do próprio herdeiro da corôa da antiga metrópole. A Independência do Brasil, sob vários aspetos foi um fato único no mundo, e repleto de circunstâncias paradoxais.

Importava, agora, resolver três problemas:

a) dar organização ao país;

b) ver a Independência reconhecida pelas nações estrangeiras.

c) implantar a autoridade de D. Pedro sôbre todo o país, expulsando as tropas fiéis às Côrtes.

Êste terceiro problema foi atacado em primeiro lugar, contando inclusive D. Pedro com auxílio de militares estrangeiros, coisa comum na época, como Lorde Cochrane, almirante de origem inglêsa, a Labatut, general francêsa e outros.

Afinal, depois de longos e terríveis meses de luta, a bandeira brasileira, o

"Auri-verde pendão da minha terra,
que a brisa do Brasil beija e balança

estava flutuando em todos os pontos do território brasileiro.

Esta guerra não foi fácil e em alguns casos, como na Bahia, a luta assumiu aspetos terríveis.

Para que se tenha uma idéia da situação basta recordar que as províncias do norte, naqueles tempos de navegação à vela, estavam mais próximas de Lisboa do que do Rio. Mais ainda: era quase impossível a um veleiro ir ràpidamente de Salvador a Pará, devido ao regime de ventos na região. Lord Cochrane considerava-se um grande almirante por ter feito a difícil travessia com êxito.

Afinal, tratava-se de organizar o Império. Os brasileiros queriam uma Constituição. Em muitos lugares, os povos aclamaram D. Pedro I como Imperador, mas exigiam que prometesse cumprir, prèviamente, a Constituição que ainda seria elaborada. Era a "cláusula do juramento prévio."

5

As Grandes Dificuldades

D. Pedro I não teria govêrno fácil. Êle enfrentaria, desde o início, terríveis dificuldades, quase invencíveis. A dissolução da Constituinte, a Confederação do Equador mostram isto vivamente.

Dos grupos que o apoiaram, alguns eram inconciliáveis entre si, e principalmente muitos o ajudaram de maneira parcial. Para uns, a solução monárquica era um expediente — teriam preferido uma república; para outros, ao contrário, a monarquia absoluta seria o ideal. Havia os que, desestimando os portuguêses, não apreciavam a situação paradoxal do Brasil — libertado pelo representante da Mãe Pátria... Em compensação havia muitos portuguêses que por uma razão ou outra continuavam exercendo funções no Brasil, e que viam com desagrado a separação. Acresce considerar que, D. Pedro, embora sinceramente liberal, era dotado de vontade muito forte, tivera uma educação de caráter absolutista e tinha pendores autoritários, embora não convicções absolutistas. Mais ainda: teria de ser um rei constitucional, isto é devia exercer um poder situado acima dos partidos, como juiz e árbitro entre êles; ora, por sua participação nos acontecimentos, era-lhe de todo impossível exercer as novas funções soberanas. Se (para usar de uma comparação tirada do futebol) fôra o ata-

cante que marcara o gol da vitória — como passar, daí por diante a juiz do jôgo?

Tôda esta confusão e mais um vasto território do Brasil, cheio de problemas, sôbre os ombros de um rapaz de 24 anos...

O primeiro problema foi a Constituinte. Era uma bela assembléia, dotada de grandes valores, que começa a trabalhar bem, mas entrando, logo, em atrito com o govêrno. A Revolução Francêsa ainda estava na memória de todos, e cada Assembléia que se reunia tornava-se, ràpidamente, em promessa de grandes transformações. Neste meio tempo, D. Pedro I rompe com os Andradas, que, agora, na oposição, começam a mover-lhe uma campanha violentíssima. A liberdade era nova no Brasil e o povo parecia embriagado com o nôvo vinho. Reinava uma agitação continuada. Não foi difícil estabelecer-se um clima de desconfiança entre a Assembléia e o Imperador. E da desconfiança passou-se logo à animosidade. Todos os dias ocorriam fatos novos que agravavam a situação, não faltando pessoas interessadas em desfechos violentos, para envenenarem o ambiente.

Sente-se que o jovem Imperador começara a ver diante de si os exemplos da família: Luiz XVI, guilhotinado; seu pai, D. João VI, submetido a tôdas as humilhações; e contrapondo-se, seu concunhado Napoleão que, violentamente, fecha as câmaras e resolve por si. Êle não era homem para esperar que o guilhotinassem, ainda mais que as lutas apaixonadas da política haviam jogado os deputados contra o Exército. E, no dia 11 de novembro, fecha a Assembléia, decidindo, porém, que daria ao povo uma Constituição duas vêzes mais liberal que o projeto em votação na Assembléia, de autoria de Antonio Carlos, irmão de José Bonifácio.

Imediatamente D. Pedro I teve de enfrentar outra questão, a da guerra civil — estoura em Pernambuco uma revolução separatista e republicana, que instaura no nordeste a Confederação do Equador. A sua figura mais importante era, sem dúvida, frei Joaquim do Amor Divino Caneca, um carmelita de profunda erudição em assuntos políticos, dotado de grande bravura pessoal

e espírito de independência. Conhecendo bem as doutrinas da época, êste frade republicano, seria o arauto do espírito de rebeldia do povo pernambucano.

Depois de várias lutas, a revolução foi vencida, e seus chefes duramente castigados, executando-se várias sentenças de morte, entre as quais a do citado frei Caneca.

A Confederação do Equador mostra como era grave a situação do Brasil e como a implantação da Independência não seria coisa simples: tôda uma região tenta separar-se do conjunto, pondo em grave risco a unidade nacional. Ao mesmo tempo, o Imperador, que não era um chefe de govêrno temporário, mas um soberano perpétuo e, ainda mais, símbolo, por definição, da unidade nacional, começava a ter contra si camadas cada vez maiores da população. Como intitular-se Imperador pela unânime aclamação dos povos, se era combatido por vários setores da população? Para muita gente, principalmente para aquêles que eram mais ou menos republicanos, ou, então anti-portuguêses (e êstes dois sentimentos costumavam coincidir, muitas vêzes, nas mesmas pessoas) era evidente que D. Pedro, sendo um Príncipe encaminhava-se para o absolutismo, sendo português, deixava de lado a defesa dos interêsses brasileiros para cuidar dos de sua verdadeira pátria.

Há exagêro nesta posição. D. Pedro era sinceramente liberal; mas de temperamento autoritário, não aceitava restrições e críticas. Por outro lado, sabia que fundar uma nação das dimensões do Brasil não era tarefa fácil e impunham-se medidas por vêzes drásticas.

6

A Constituição

D. PEDRO I cumpriu a palavra prometida ao povo quando dissolveu a Constituinte. Imediatamente nomeou uma comissão de juristas e políticos, que intitulou Conselho de Estado, a qual elaborou um projeto, ràpidamente concluído. Êste projeto, para simplificar o trabalho, foi apresentado às câmaras municipais, a fim de que se manifestassem, apresentando sugestões, emendas, alterações. Algumas, poucas aliás, o fizeram, com alterações de somenos importância. A Câmara do Rio de Janeiro teve logo uma idéia interessante – propor a aprovação desde logo do referido projeto. E para justificar a sua iniciativa colocou à porta dois livros para colhêr assinaturas do povo, favoráveis ou contrárias à adoção imediata do projeto do govêrno. Ninguém assinou no livro das recusas; o da aprovação logo se encheu de assinaturas. Foi êste o primeiro plebiscito de nossa história...

As câmaras municipais do interior apoiaram o alvitre da municipalidade carioca e pediram a D. Pedro I que adotasse, logo, a Constituição. E no dia 25 de março de 1824, com a maior solenidade foi promulgada por D. Pedro I a Constituição do Império do Brasil. Seria, de nossas constituições a que maior duração teria e, na opinião de muitos autores, a melhor que já tivemos. Pelo menos foi a mais original e que melhor garantiu as

nossas liberdades. Graças a esta Constituição o Brasil passaria a reger-se pelos princípios da monarquia liberal, passando, então, a ser uma "democracia coroada".

O Império era definido como a associação política dos cidadãos brasileiros, que formavam uma nação livre e soberana. Todos os poderes, inclusive os do Imperador, eram considerados delegação nacional (assim, a soberania residia na própria nação) e o Imperador, com a Assembléia, gosavam da categoria de representantes nacionais. Aliás, o Imperador era considerado o chefe supremo e primeiro representante da nação.

Os poderes, ao contrário das demais constituições, eram quatro: o Legislativo, composto de Câmara e Senado, com a sanção do Imperador; o Moderador, atribuído ao Imperador; o Executivo, ao monarca por intermédio dos ministros; o Judiciário, aos juízes. Com o Ato Adicional de 1834 a situação das províncias teria organização adequada: o seu govêrno seria constituido por um presidente nomeado pelo Imperador, que seria a autoridade suprema das províncias, e uma Assembléia, eleita pelo povo, com pleno poder legislativo.

O Poder Moderador, atribuido diretamente ao Imperador, tinha por missão manter a harmonia entre os demais poderes, servir de árbitro das lutas, zelar pela perfeita observância da Constituição. Seria o juiz do jôgo... As suas atribuições próprias não eram numerosas — resumiam-se, afinal, a intervir nos casos de choques e, principalmente, dar a última palavra nas questões políticas. A Constituição não falava em parlamentarismo, D. Pedro I e Feijó sempre se opuzeram ao govêrno de gabinete, mas na verdade, a Constituição não teria outra interpretação senão a parlamentarista. E como sabemos de experiência recente, o bom funcionamento do parlamentarismo exige que o chefe de estado seja um magistrado situado acima e além dos partidos, neutro e imparcial, — um poder moderador...

O Poder Executivo, a quem cabiam tôdas as decisões (eis o parlamentarismo) e seria exercido pelos ministros, inteiramente responsáveis. Mesmo que provassem estarem obedecendo a or-

E para justificar a sua iniciativa, colocou à porta dois livros para colhêr assinaturas do povo.

dens escritas do Imperador não se livrariam da responsabilidade de seus atos.

A Assembléia Geral, a quem competia o Poder Legislativo, compunha-se do Senado e da Câmara. Esta, eleita por três anos, pelo povo, não tinha funções diferentes das câmaras de deputados modernas. O Senado, por outro lado, era a grande novidade da Constituição: nenhum outro país adotaria semelhante sistema, nem antes nem depois. Talvez tenha sido a única criação original do brasileiros no campo da política: cada província elegeria senadores em número igual à metade dos deputados a que tinha direito. O eleitor votava em três nomes: dos três vencedores, o Poder Moderador escolhia um. Êsse, afinal, nomeado, seria vitalício, ocupando assim o cargo até a morte. Daí Machado de Assis dizer que os senadores eram um tanto homens, outro tanto instituições — em seu tempo havia alguns que vinham dos dias da Independência, verdadeiras relíquias históricas.

A Constituição possuía uma declaração de direitos dos cidadãos que era das mais modernas e audazes em seu tempo. Basta lembrar, a propósito, que na matéria as constituições modernas nada alteraram — apenas fizeram pequenas revisões de redação.

Apesar de muita gente discordar da dissolução da Constituinte e considerar irregular o modo de promulgação adotado por D. Pedro, isto sem falar nos que divergiam do Poder Moderador, a opinião média recebeu bem a Constituição. Antes assim do que nenhuma outra — e esta era suficientemente liberal. Poucos países possuíam coisa melhor na Europa.

7

O Reconhecimento da Independência

Do ponto de vista diplomático, o Império do Brasil enfrentaria, no reinado de D. Pedro I, duas questões importantes — a do reconhecimento da Independência e a da Cisplatina.

O problema do reconhecimento era fundamental — sem êle, sem que os outros países admitissem o Brasil no "concêrto das nações" — o Imperador não passaria de um rebelde sem futuro. As circunstâncias eram complicadas. Três problemas deviam os diplomatas de D. Pedro enfrentar: a evidente e naturalíssima hostilidade de Portugal — claro que o velho Reino não deixaria o Brasil, a parte mais importante de seus domínios — bater asas tão fàcilmente assim; os países do bloco da Santa Aliança, fortíssimos na Europa continental, e que na luta contra as repercussões da Revolução Francesa, não aprovariam de boa cara o aparecimento de mais um país de govêrno liberal (convém lembrar que os demais países latino-americanos haviam feito a sua revolução durante as guerras de Napoleão e as potências não tiveram tempo para cuidar do assunto e o Brasil surgia exatamente quando as nações do bloco absolutista, comandadas pelo famoso mi-

nistro do Exterior da Áustria, Metternich, tudo faziam para impedir a expansão do liberalismo. A oposição da Áustria era atenuada pelos laços de parentesco que uniam D. Pedro I e o Imperador daquele país; a Inglaterra que, geralmente, apoiava os liberais, por motivos doutrinários e via com bons olhos as independências dos povos sul-americanos que passavam a constituir, assim, bons mercados para a sua nascente indústria, tinha, contudo, velhos compromissos com Portugal e não abandonaria sem mais aquelas o velho aliado... Os Estados Unidos (estávamos no Tempo de Monroe...) viam com prazer qualquer movimento autonomista na América, mas acontece que não dispunham de fôrça e prestígio para uma ajuda mais decisiva.

Como D. Pedro I, soberano de um Império vastíssimo, por certo, mas despovoado, fraco e pobre, poderia fazer?

Nisto a situação melhorou quase por acaso. Aliás, por uma repercussão indireta e por tabela de sua própria aventura. A Independência do Brasil, naturalmente, provocou em Portugal terrível emoção; valendo-se da situação, o outro filho de D. João VI, o Infante D. Miguel, com apôio do Exército, liquida as famosas Côrtes, que além de terem falhado na sua missão principal, a de elaborar a constituição, tinham terminado criando tôda aquela confusão. E vemos D. João VI, embora velho e combalido, recuperando a sua perdida posição de rei absoluto. O monarca, atendendo a seu gôsto (amizade ao Brasil e grande amor pelo filho mais velho) e bem aconselhado por seus melhores auxiliares, resolveu entrar em entendimentos com D. Pedro, resolvendo tudo amigàvemente, de pai para filho. E começaram as conversações, sendo intermediário um agente britânico, sir Charles Stuart, hábil e inteligente. O problema era difícil, não sòmente pelas razões óbvias, como também pelo fato de D. João VI, ausente do Brasil, não sentir que ocorrera na América uma rápida, mas profunda transformação da opinião pública. D. João VI achava que os brasileiros continuavam os mesmos que deixara; na verdade, já se sentiam cidadãos de uma nação independente e nada queriam com Portugal.

Afinal, no dia 29 de agôsto de 1829 era assinado o tratado: D. João VI reconhecia a Independência, transferia para D. Pedro I os direitos soberanos que possuía sôbre o Brasil e passava a gozar do título de Imperador nominal do Brasil. O nosso país, ademais, assumia as responsabilidades de pagamento de certas dívidas externas do velho reino.

Os brasileiros não gostaram do tratado por várias razões. Acharam desagradável a questão do título imperial a D. João VI (que, aliás, bem o merecia) e viam com maus olhos a fórmula de cessão de direitos. Parecia que a Independência, ao invés de conquista do povo brasileiro, passara a favor de Portugal... Mas, na verdade, tudo isto eram fórmulas: o importante é que se abatera o obstáculo mais sério à Independência. E como conseqüência, a situação se normalizaria. Outro problema ligado ao tratado com Portugal: não se falava nêle na exclusão de D. Pedro I à corôa portuguêsa. Êste silêncio e a aprovação formal por parte de D. João VI a tudo que se fizera deixava bem claro que D. Pedro continuava herdeiro do velho reino...

Com os Estados Unidos, o Brasil já tinha relações formais desde 1824.

Os demais países foram reconhecendo, aos poucos, em épocas diferentes. Aliás, o que importava era o reconhecimento com Portugal, que conduziria à legalização da situação com a Inglaterra, então a potência mais importante. O resto viria por si.

8

Complicações de um Jovem Império

A SITUAÇÃO DO BRASIL começou a complicar-se. D. Pedro I, não obstante a sua evidente boa vontade, perdia terreno na opinião pública. Erros reais nuns casos, verdadeiras incompreensões noutros, tudo se acumulava. Interessante é que, sem embargo de tôda a agitação política, o Brasil se organizava e o parlamento, apesar da inexperiência geral e de tudo aquilo ser nôvo não sòmente no Brasil, como no mundo, ia elaborando leis da maior importância de modo a fazer do Brasil, ràpidamente, uma nação verdadeiramente democrática, pelo menos nos moldes como o entendiam os homens do século XIX.

No parlamento assentavam-se figuras ilustres, mas destacava-se a de um extraordinário tribuno e legislador, que, encarnando a oposição, mantinha aceso o farol da liberdade — chamava-se èle Bernardo Pereira de Vasconcelos e era natural de Ouro-Prêto.

Vários fatos, de origens as mais diversas, contribuíam para agravar a situação do Imperador.

Vamos apontar alguns.

A que mais dava assunto era a questão do parlamentarismo. Os liberais, muito fortes no parlamento, na imprensa, nos gran-

Chamava-se êle Bernardo Pereira de Vasconcelos e era natural de Ouro Prêto.

des centros queriam que o Imperador tivesse ministros retirados da maioria da Câmara. D. Pedro alegava com a Constituição – era livre de nomear e demitir quem quisesse. Era acusado de absolutista sòmente pelo fato de não querer aceitar o parlamentarismo. Parece que, de fato, a sua posição era, afinal, a seguinte: êle aceitava a Constituição plenamente e não pretendia restabelecer o absolutismo, nem destruir as liberdades civís e políticas dos brasileiros. Mas, queria conservar o direito de nomear quem quisesse para o ministério.

Êste debate envenenaria a situação, criando a convicção generalizada de que o Imperador pendia para o absolutismo, era um inimigo da liberdade.

Como se não fôra pouco, surgiam novas complicações internacionais. Uma foi a guerra da Cisplatina. A região chamada Banda Oriental do Uruguai, ou Província Cisplatina, que hoje é a República do Uruguai, estava sob a autoridade brasileira, embora numa posição um pouco diferente das demais províncias, em conseqüência da complicada história da Colônia do Sacramento – desde muito tempo Portugal e Espanha vinham lutando em tôrno da região, cujos habitantes, eram, grandemente, de origem espanhola... E, como repercussão natural da Independência do Brasil, a Cisplatina revolta-se, com apôio inclusive de outros países. O Império vai à guerra, enfrentando a Argentina como principal adversário. Foi uma luta infeliz, na qual nossas armas não foram vitoriosas. No Brasil, a opinião pública era inteiramente desfavorável à guerra, sòmente D. Pedro se sentia entusiasmado por ela. O curioso é que, posteriormente, muitas pessoas culpavam o Imperador pelo desfecho infeliz, embora lutasse quase sem apoio popular. Afinal, por mediação de várias potências, o Brasil reconheceu a independência do Uruguai que, com o tempo, seria um de nossos melhores amigos no continente.

Outro problema: em 1826 morre D. João VI e D. Pedro assume passageiramente o título de Rei de Portugal, abdicando, logo, em favor de sua filha D. Maria da Glória. Como D. Pedro IV outorga uma Constituição a Portugal. Ora, aconteceu que em

Portugal não gostaram da solução – êle, se gosava de grande estima por parte do falecido rei, era mal visto pelo povo em geral, que não lhe perdoava a Independência. Ademais, a idéia de constituição não era popular. E sob a chefia de D. Miguel, seu próprio irmão e que tentara casar com a jóvem rainha, surge uma forte reação em Portugal, passando D. Miguel a rei, recusando-se a aceitar a autoridade de D. Pedro I.

Tudo isto repercutia mal no Brasil, parecia que D. Pedro I pensava mais nos problemas portuguêses, que era, acima de tudo, um lusitano...

E a agitação continuava...

A sua vida pessoal, não isenta de deslizes que, embora comuns na época, causavam desagradável impressão, como a escandalosa ligação com a Marquesa de Santos, agravava a situação. Por certo que a situação por êste lado melhoraria com o tempo e a idade. Falecendo a bondosa D. Leopoldina, o Imperador casa-se pela segunda vez com uma jovem e formosa Princesa descendente de Josefina, primeira mulher de Napoleão (seu destino era ser, sempre, parente de Bonaparte). A segunda Imperatriz, D. Amélia, um "brotinho lindo", mudou a vida particular do soberano.

Mas a política continuava atrapalhada. Tenta volver a Minas: foi recebido com sinos dobrando a finados em Ouro-Prêto. No Rio a desordem fervia. D. Pedro sentiu que sòmente se manteria pela fôrça, ou cedendo a seus adversários. Era amigo do povo demais para a primeira solução e seu temperamento não permitia a segunda. E na madrugada de 7 de abril de 1831, abdicou em favor de seu filho, D. Pedro, de 5 anos de idade.

9

A Regência

COMEÇOU, ENTÃO, uma das fases mais interessantes da história do Brasil. Certamente a mais movimentada e agitada. Hoje sentimos que foi um verdadeiro milagre haver o país escapado afinal.

O Chefe de Estado era um gurizinho tímido, enfermiço, que vivia com suas irmãs num casarão rodeado de mangueiras, enquanto graves políticos governavam em seu nome. D. Pedro II foi um dos meninos mais infelizes dêste país: órfão de mãe, separado logo do pai pela Abdicação, rodeado de preceptores e tutores quase sempre pessoas complicadíssimas, que achavam que o seu dever era fazer do futuro Imperador um modêlo de virtudes, o que estava certo, mas da maneira a mais tediosa possível. Os folguedos eram monótonos e tolos. Pior ainda: como aquêle menino era o Imperador, não podia, é claro, brincar tranqüilamente. Alguns amigos escolhidos faziam-lhe companhia, em brinquedos muito arrumadinhos, sob a vigilância de servidores.

Quanto ao Brasil, as revoluções pipocavam em quase todos os lugares, a começar da própria Quinta da Boa Vista onde morava o Imperador, que os discursos dos deputados definiam como "o Senhor Menino". Houve sucessivas mudanças de govêrno, houve reformas profundas, e, principalmene havia um espírito de liberdade e democracia como o Brasil jamais conheceria igual.

Quem acompanha os discursos e segue a elaboração legislativa da época chega à conclusão que nunca mais o Brasil conheceria uma época tão liberal como a da Regência. Se compararmos com o período regencial os govêrnos que o Brasil tem tido, de lá até hoje, seremos obrigados a confessar que, relativamente, todos denotam a presença de um espírito ferozmente conservador...

Na época regencial destacaram-se algumas figuras notáveis, como, por exemplo, a de Feijó, padre paulista, de origem desconhecida (um menino engeitado!) que chegaria aos postos mais elevados da política, o antigo líder liberal do primeiro reinado, que, agora, começava a tornar-se conservador, Bernardo Pereira de Vasconcelos e outros.

Durante a Regência far-se-ia a única reforma da Constituição do Império, para dar-lhe um sentido "federal", criando-se as assembléias de província, com amplas atribuições. Nesta reforma da Constituição, intitulada Ato Adicional, determinou-se também que o Regente seria eleito por todo o corpo eleitoral, como um presidente de república, em regime presidencial. E, ao mesmo tempo, outra lei regulava as atribuições da Regência, que representando oficialmente o Imperador, não lhe exerceria tôdas as atribuições, mas sòmente as próprias de um presidente. Na verdade, o Brasil tornara-se uma república provisória. Aliás, um orador da época referiu-se ao jovem D. Pedro II como presidente perpétuo da república imperial do Brasil...

Esta questão da Regência era importantíssima – pela Constituição, em caso de impedimento ou menoridade do Imperador, seria regente um membro da Família Imperial – é a praxe de tôdas as monarquias. Mas, quando da Abdicação, a Família Imperial ficara reduzida ao Imperador e suas irmãs, também de menor idade. A Assembléia elegera uma regência provisória, e, depois, uma permanente, de três membros. Ora, um comitê de três indivíduos para governar o país, eis o que não poderia funcionar, como não funcionou. Adotou-se a solução republicana do regente eleito. Mas, se era escolhido como um presidente, teria poderes de presidente, não de Imperador. Primeiramente foi escolhido o Pe.

Feijó, que enfrentando dificuldades de tôda sorte, revoluções diversas, sem poderes para governar, não querendo concordar com a Câmara dos Deputados que exigia o parlamentarismo, afinal renunciou, como disse êle próprio, "demitiu-se".

Foi eleito Araujo Lima, um hábil político pernambucano. Afinal, os liberais muito fortes, conseguem em 1841 fazer uma das revoluções mais curiosas do Brasil: consideraram o Imperador como maior por fôrça de lei. Deram-lhe, para usar da expressão oficial "um suprimento de idade". E, de repente, D. Pedro II, com 15 anos incompletos vê-se elevado à condição de Imperador do Brasil efetivamente, não nominalmente, apenas.

Um dos problemas da era regencial vinha de que o govêrno não gosava de autoridade por fôrça do espírito liberal e das leis. Basta um exemplo: o policiamente do país estava entregue a juízes de paz, eleitos, um para cada distrito, que, além de julgarem verdadeiramente causas pequenas, eram responsáveis pela polícia, não havendo qualquer autoridade sôbre êles. Mais: havia a Guarda Nacional, um verdadeiro exército popular, organizado pelo povo, cujos oficiais eram eleitos pelos comandados. De modo que, em caso de confusão, a Guarda Nacional se organizava, os honrados cidadãos vestiam a farda, apanhavam as armas em casa e tinhamos um exército para a revolta...

Nunca o Brasil, esta a verdade, foi tão republicano como na Regência e Joaquim Nabuco dizia que enquanto o povo se lembrasse daquele tempo, ninguém falaria em república no Brasil.

Não obstante, muitas leis importantes se fizeram, atualizando o direito brasileiro e dando organização a vários serviços. Bastaria um exemplo ilustre: o único estabelecimento de ensino secundário pròpriamente federal que o Brasil possui, tirando os colégios militares, data da Regência, o famoso Colégio Pedro II, do Rio.

A época regencial foi tumultuada e heróica — nunca se falou tanto em liberdade no Brasil. Mas, na verdade, o país andou próximo da anarquia pura e simples.

....

Vale um comentário em louvor da austeridade, do patriotismo, da lealdade daqueles homens que governaram o Brasil no período regencial: se houvessem querido, se não temessem passar por cima do Direito, se não respeitassem a lei e a palavra empenhada, poderiam ter proclamado a república e tomado o govêrno para si. Sente-se que nem pensaram nisto — e quase todos eram políticos ambiciosos, autoritários e de grande espírito de luta. Mas, o respeito à lei e à autoridade era mais forte do que tudo. D. Pedro II era uma criança, não tinha amigos nem parentes. Estava entregue àquela gente — e não haveria problemas. Cite-se o caso da Maioridade: Araujo Lima era o Regente, tinha ainda prazo para governar, o seu mandato não se findara. Fôra eleito para ser regente por um determinado prazo (quatro anos) e o parlamento de certo modo, cassara-lhe o mandato, elevando o Imperador ao trono antes do tempo. Araujo Lima não moveu uma palha para impedir o movimento maiorista, nem reclamou. Ciente de que o Imperador aceitava tornar-se maior, e reconhecendo que o Poder Legislativo cabia à Assembléia aguardou tranquilamente a situação e respeitou com a maior dignidade a decisão dos poderes superiores. Eram homens ambiciosos e autoritários, mas punham a lei acima de tudo, e cumpriam seus deveres com austeridade e firmeza. Não governavam para si, mas para a Nação.

10

D. Pedro II

O FILHO DO LIBERTADOR reinaria sôbre o Brasil de 1840 a 1889. Quem assistisse ao movimento maiorista, um verdadeiro golpe parlamentar, pensaria que os brasileiors estavam loucos. Tratava-se de entregar, de fato, o poder a um rapazinho de 14 anos. O argumento é que, o Imperador, não devendo o poder a ninguém, seria uma autoridade neutra e imparcial e restabeleceria no Brasil o reinado da lei. O raciocínio, teòricamente, estava certo. Mas, quem poderia garantir que, na prática, daria certo? O curioso é que deu. E o que ninguém poderia sonhar é que aquêle menino tímido e enfermiço, que, no princípio, mal abria a bôca para as visitas, seria, ao fim, um dos mais notáveis filhos da América. Amadurecido ràpidamente, D. Pedro II tornou-se, com o tempo, o modèlo dos Chefes de Estado em regime parlamentar. Por certo que o parlamentarismo não estava na Constituição e seu pai e Feijó haviam reagido alegando isto. D. Pedro II sentiu que, sem parlamentarismo, o Brasil seria ingovernável. E em 1847 baixou um decreto criando o lugar de presidente de Conselho de Ministros e aos poucos, foi fazendo o parlamentarismo funcionar. Ao invés de considerar o parlamentarismo como limitação de seus poderes e cambatè-lo, ao contrário, preferia assim. E procurava convidar para "premier" pessoas que representassem as correntes

Amadurecido ràpidamente, D. Pedro II tornou-se, com o tempo, o modêlo dos Chefes de Estado.

principais da opinião pública e dava-lhes grande liberdade de ação. Êle sòmente intervinha para impedir abusos, ou nas épocas de formação ou demissão dos gabinetes. Ràpidamente o Brasil passou a ter um excelente parlamentarismo, apesar das eleições deficientes, em conseqüência do estado social do país, e das suas condições econômicas. Os gabinetes governavam efetivamente e o Imperador exercia sôbre êles uma severa fiscalização, que êle próprio denominava "suprema inspecção". A orientação oficial era a seguinte: os gabinetes podiam governar como quisessem o País, mas dentro de certos limites. Êstes limites, o da moralidade, do bem comum e o interêsse público. Os ministros eram responsáveis pelos atos do Poder Executivo, era o regime do Brasil. Mas, êle, antes de assinar os atos, ponderava os inconvenientes e, quando havia, de fato, uma razão muito grave, não os assinava. Os ministros podiam fazer o que quisessem, menos prejudicar o País para servir aos amigos, compadres e correligionários. Certamente êle concordava com muita coisa, inevitável, geralmente quando não trazia inconvenientes. Assim, as condecorações e os títulos de nobreza, que davam prestígio social, mas não davam poder nem vantagens reais, muitas vèzes eram distribuidos de acôrdo com as conveniências políticas. Êle tolerava isto – afinal era melhor do que outras coisas que aconeceriam depois. Um título de Barão, ou uma comenda da Ordem da Rosa pagavam bons serviços eleitorais – e que mal havia nisto?

Era muito exigente no que se dizia respeito às promoções dos juízes: um magistrado que tivesse, alguma vez, praticado atos que o tornassem indígnos, êle não assinaria, jamais, atos promovendo-os.

Esta severa vigilância contra os abusos, oriundos de atitudes políticas ou de interêsse pecuniário, muitas vêzes produziam crises sérias. Assim, certa vez, o futuro marquês de Paraná, Honorio Hermeto Carneiro Leão, Ministro da Fazenda, leva-lhe o decreto de demissão de um funcionário da alfândega de Niteroi. D. Pedro II, convencido que era pura perseguição política, engaveta o decreto e diz que "ia pensar". Paraná que era um homem autoritário,

ouviu calado... e danado. Da terceira recusa, sentiu que, de fato, D. Pedro II não assinaria o decreto e disse-lhe desabridamente:

– Um menino não tem direito de brincar com um homem, nem quando é um Imperador e o outro seu Ministro. Boa tarde.

E demitiu-se do ministério. Afinal, volveram às boas e Honório Hermeto morreria Marquês e presidente do Conselho de Ministros.

Assim foi D. Pedro II, até que a doença e uma velhice precoce, conseqüência dos trabalhos da guerra do Paraguai, viessem pôr têrmo à sua infatigável atividade. É sabido que não deixava os ministros dormirem: a tôda hora mandava-lhes bilhetinhos, perguntando por isto ou por aquilo. (Êle, realmente, foi o inventor da prática dos bilhetinhos a ministros que celebrizaria um presidente moderno, embora seus bilhetes fôssem, sempre, sérios).

Lia todos os jornais assinados geralmente à custa de seu bôlso. Principalmente os de oposição. Não se esquecia nem de humildes jornaisinhos municipais. Assim, era comum, em remotos jornalecos sertanejos, vermos notas sob o título "Para S. M. o Imperador ler". E geralmente as lia e encaminhava o assunto aos ministros. Por vêzes vinham respostas malcriadas:

– Não leio pasquins, Senhor!

– Pois devia lê-los...

D. Pedro II considerava a instrução a principal necessidade do povo brasileiro. No Rio, visitava periòdicamente os colégios e faculdades, assistia aos concursos e colações de gráu nos estabelecimentos oficiais para valorizar êstes atos – até hoje nos concursos no colégio Pedro II são solenes em lembrança da presença imperial. E como era homem de erudição vasta, êle, geralmente fiscalizava os concursos, que tinham de ser honestos, senão...

Gostava, também, de assistir às aulas, conversar com os alunos, interrogá-los. Quando viajava pelo interior do país, visitava todos os estabelecimentos oficiais, anotava as falhas e, nas escolas,

conversava com os professôres, assistia às aulas, interrogava os alunos.

De seu próprio bôlso mandou imprimir muitos livros, financiou estudantes pobres, com bôlsas de estudo, no País e na Europa. Nunca um govêrno ajudou tanto à cultura nacional como êle.

Era de probidade exemplar e não admitia desvios em matéria de dinheiro. Pessoalmente, vivia com grande modéstia, não tinha quase pompa oficial. Quando ia ao estrangeiro fazia-o à própria custa, muitas vêzes tendo recorrido a empréstimos particulares. Na Europa, ou nos Estados Unidos, viajava como simples turista, recusava honrarias e recepções, procurava mais sábios e intelectuais do que políticos. O mundo inteiro admirava êste modêlo de Chefe de Estado, patriota, austero, simples, bom e culto que foi o senhor D. Pedro II, que a história consagra como o maior dos brasileiros, cujos êrros são explicáveis e cuja vida foi um constante sacrifício pelo bem do Brasil.

11

Começos Difíceis

Os começos do reinado de D. Pedro II foram difíceis e agitados. Havia revoluções por tôda parte – a presença do Imperador, por si, não faria o milagre de restabelecer a ordem. Basta recordar que o Rio Grande do Sul se achava de fato separado do Império. Já vinha de muito tempo a Guerra dos Farrapos que terminara fazendo da bela província sulina uma república independente. E agitações pipocavam por tôda parte, com seus nomes pitorescos e seus objetivos nem sempre muito claros.

O primeiro gabinete da Maioridade, compunha-se de liberais. Curiosamente, era um gabinete de irmãos – dois ministros eram Andradas, e dois Holanda Cavalcanti. Coube ao govêrno presidir novas eleições. Os liberais ganharam, mas a que preço... Dizem que foi uma das eleições menos livres de todos os tempos. Foi um escândalo geral. E afinal, devido a muitas divergências, o gabinete se demitiu em março de 1841. (D. Pedro II tornara-se maior em julho de 1840). Dizem que, ao sairem da sala, os ministros demissionários, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que era muito sarcástico, falou a seu irmão Martim Francisco, também ministro:

– Vamos, mano Martim, quem brinca com crianças amanhece... molhado.

E veio o nôvo gabinete, composto de conservadores ferrenhos, um dos quais, Paulino José Soares de Souza, mais tarde Visconde de Uruguai, um jovem de talento, que se singularizaria como um dos mais notáveis pensadores políticos e estadistas brasileiros de todos os tempos.

De permeio à agitação uma festa bonita — a coroação de D. Pedro II, como Imperador, a 18 de julho de 1841. Parecia cena de contos de fadas. Nesta época os brasileiros, pela primeira vez, vibraram ao som do nôvo hino, composto por Francisco Manuel, até hoje o Hino Nacional.

O govêrno conservador conseguiu do pequeno Imperador a aprovação de um ato dissolvendo a câmara recém-eleita e ainda não reunida, e fêz novas eleições. Estas, deram uma Câmara conservadora. O govêrno, forte, reformou as leis do Império, afim de criar uma autoridade estável e sólida, assim como dar ao Imperador um Conselho de Estado que ouvisse para sua melhor orientação. Uma destas leis organizou em novas bases a polícia no Império: em cada província haveria um chefe de polícia, nomeado pelo govêrno imperial, e nos municípios delegados de polícia, nomeados pelo govêrno provincial, mas sujeitos aos chefes de polícia. Com isto, o Ministro da Justiça poderia efetivamente impor a autoridade do govêrno imperial sôbre todo o país. (Não nos esqueçamos de que o presidente de província era autoridade imperial, também.).

Estas medidas foram depois reconhecidas como de necessidade absoluta — do contrário, ninguém conseguiria governar o Brasil, principalmente naquele tempo, com comunicações difíceis e população rarefeita.

O Conselho de Estado foi uma instituição magnífica — 12 senhores, de larga experiência e cultura sólida, tirados de todos os partidos, aos quais o Imperador ouvia antes de qualquer providência importante. Êles falavam com a maior franqueza e seus pareceres eram, como se diz, luminosos. No Brasil, nenhum título mais honroso do que o de Conselheiro. O próprio Rui Barbosa, que era conselheiro honorário, fazia questão de ser chamado de

conselheiro e, não, de senador. E fôra um dos fundadores da República.

O resultado destas medidas foi o agravamento das agitações, com revoltas em S. Paulo e Minas. Esta última iria longe, com a eleição de um govêrno interino. Com algum esfôrço, o govêrno imperial consegue debelar as revoltas, graças a um jovem general que se impunha como um bom comandante — o Barão de Caxias.

Alguns anos mais tarde os liberais volvem ao govêrno e D. Pedro II anistia aos revolucionários todos. E o citado Caxias, com habilidade e prudência, liquida a revolução no Rio Grande do Sul. Para mostrar como a província gaúcha era querida e para assinalar a sua reintegração no convívio das suas irmãs, D. Pedro II, na sua primeira viagem fora do Rio, fêz-lhe uma solene visita, encantando a todos.

Afinal, com a criação do cargo de presidente de Conselho de Ministros (1847) todos os partidos sentiram que o Imperador era, de fato, o Poder Moderador, sendo um juiz neutro e soberano acima dos partidos. Com isto, não havia necessidade de lutas violentas — bastava que cada um tivesse paciência que, chegando a hora, haveria mudança de situação.

Assim estabeleceu-se a alternativa de partidos, ora liberais, ora conservadores, numa "gangorra" que funcionaria tranquilmente por mais de quarenta anos.

E ninguém mais pensou em fazer revoluções.

12

Os Partidos e a Política

DESDE OS DIAS da Abdicação que começaram a surgir verdadeiros partidos no Império. Mas, no final da Regência é que se consolidaram definitivamente. Convém recordar, a propósito, que, como acontece por tôda a parte, os partidos imperiais, além de outras circunstâncias gerais, eram muito semelhantes entre si, compostos que eram de homens do mesmo tempo e do mesmo país, quase da mesma classe, e que, ao longo de sua história, houve cisões, alteraçõs, divisões, inclusive muita gente passando de um para outro. Mas, em linhas gerais e para resumir tudo, podemos dizer que os partidos políticos, no Império, foram dois: o Liberal e o Conservador.

O Partido Conservador, que se apoiava, em geral, nos fazendeiros, a classe mais numerosa do País, era o mais forte. Dominaria mais tempo a política imperial e muitas das leis mais importantes do Brasil nasceram da ação dos conservadores. Se, do ponto de vista de política social não se diferenciavam muito dos liberais, no que se refere à organização política do país, a

diferença era absoluta. Os conservadores queriam a Constituição sem modificações, combatiam a descentralização, não apreciavam muito o parlamentarismo, eram, afinal, intransigentes e defensores da autoridade do Imperador. Os liberais consideravam a Constituição como uma imposição de D. Pedro I, queriam reformar para abolir o Poder Moderador, o Conselho de Estado, o Senado vitalício, eram parlamentaristas intransigentes e queriam também a Federação. Havia, naturalmente, liberais moderados, que pretendiam apenas interpretar num sentido parlamentarista a Constituição.

Se os conservadores formavam, geralmente, um bloco unido, os liberais cindiam-se em várias alas – uns mais intransigentes, outros, menos.

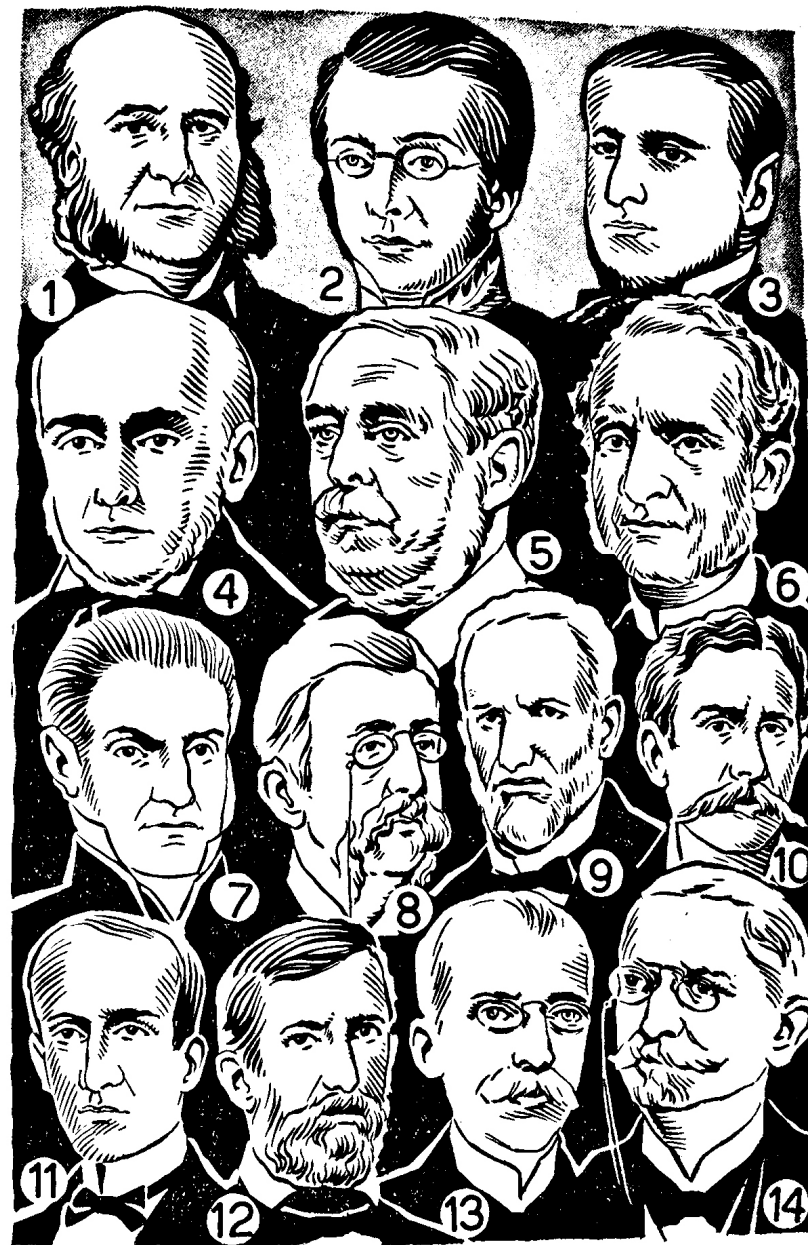
Militavam no Partido Conservador: Bernardo Pereira de Vasconcelos (na fase final de sua vida) o Visconde do Rio Branco, o Visconde de Uruguai, o Visconde de Itaboraí, o Marquês do Paraná, o Duque de Caxias, o Marquês de Olinda, o Conselheiro João Alfredo, o Barão de Cotegipe, o Senador Eusébio de Queirós, etc; no liberal, o Visconde de Caravelas, o Visconde de Ouro-Prêto, o Conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira, os Andradas, Teófilo Otoni, o Senador Zacarias de Gois, o Conselheiro Saraiva, o Senador Dantas, e na ala môça, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa e Afonso Pena.

Os liberais fizeram as grandes leis da Regência, a nossa primeira lei eleitoral (1848), a lei Saraiva, (1881) considerada a melhor lei eleitoral até hoje, e durante a guerra do Paraguai, as vitórias navais de Humaitá e Riachuelo, etc. Os conservadores – as diferentes leis abolicionistas, o primeiro recenseamento geral, as principais iniciativas de desenvolvimento econômico, principalmente política ferroviária, as vitórias de Caxias na guerra do Paraguai, etc.

Uma estatística de benefícios trazidos pelos dois partidos daria vantagens maiores para os conservadores –, mas isto provàvelmente não pode ser atribuído a uma superioridade dos estadistas conservadores, mas ao fato de que ficaram mais tempo no govêrno. De qualquer modo, convém recordar que os homens do Partido Conservador eram mais objetivos e seguros do que os liberais. Isto, dito em linhas gerais.

As idéias dos conservadores podem ser estudadas em livros como os do Visconde do Uruguai ("*Ensaio sôbre o Direito Administrativo*, e *Estudos Práticos Sôbre a Administração das Províncias*) do Conselheiro José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de S. Vicente (*Direito Público Brasileiro*), de Braz Florentino Henriques de Souza (*O Poder Moderador*) e outros; as dos liberais, além de vários manifestos políticos, como a *Circular*, de Teófilo Otoni a seus eleitores, nos seguintes livros: Tavares Bastos (*A Província*), Justiniano José da Rocha (*Ação, Reação, Transação*), de Zacarias de Gois e Vasconcelos (*Natureza e Limites do Poder Moderador*), do Visconde de Ouro-Prêto (*Administração Provincial e Municipal.*)

Apesar das diferenças, ambos aceitavam os princípios gerais da democracia liberal, divergindo, apenas, nos modos de organizá-la. Por outro lado, faziam política do mesmo modo e adotavam processos idênticos para "ganhar eleições". Divergindo em questões doutrinárias, por vêzes de suma importância, os dois parti-

(1) *Visconde do Rio Branco.* (2) *Visconde de Itaboraí.* (3) *Marquês do Paraná.* (4) *Marquês de Olinda.* (5) *Duque de Caxias.* (6) *Barão de Cotegipe.* (7) *Visconde de Caravelas.* (8) *Visconde de Ouro Prêto.* (9) *Conselheiro Saraiva* (10) *Joaquim Nabuco* (11) *Conselheiro Zacarias de Gois* (12) *Teófilo Otoni.* (13) *Rui Barbosa* (14) *Afonso Pena.*

dos usavam dos mesmos processos, nem sempre muito elegantes, de alcançar o poder. Mas, como havia da parte de muitos dos estadistas do Império, principalmente de D. Pedro II, sincera vontade no sentido de melhoria do sistema eleitoral, o resultado é que, no final do reinado de D. Pedro II, o nosso sistema eleitoral era quase perfeito e as eleições chegaram a ser satisfatórias. Sòmente nestes últimos anos, o Brasil volveria a ter eleições tão corretas e limpas.

Por último: os políticos do Império eram geralmente honestos, muitas vêzes de grande valor e de grande altivez e personalidade e raramente governavam tendo em vista interêsses regionais ou subalternos.

13

Vida Econômica do Império

DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO, o Império pode ser considerado como um exemplo de como um país de recursos modestos pode progredir, se há critério e boa administração.

O Brasil, com uma área imensa, despovoado, mal servido de comunicações, foi, aos poucos, organizando-se. O café (além de outros produtos como açúcar, algodão, etc.) garantia uma balança comercial razoàvelmente sólida. E graças a isto, sem abusos nem aventureirismos, os políticos do Império foram, devagar e cuidadosamente, lançando as bases da economia nacional.

Dois problemas sérios havia no Brasil: o do homem e o das distâncias.

A economia brasileira fundava-se no trabalho escravo. Além de seus inconvenientes de ordem moral, além do caráter essencialmente injusto da escravidão esta era, econômicamente, pouco produtiva. Mas, como fazer? A solução que, na época, estava resolvendo os problemas de quase todos os países da América era a da imigração européia. Resolvia, também, os problemas de vários países da Europa, em situação sumamente crítica. Várias tentativas de transferência de alemães e italianos, principalmente, para o Brasil foram levadas avante e em muitas regiões do país, como no sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande) surgiram

promissoras colônias de homens louros e trabalhadores, que muito fizeram por nossa pátria. Em outras regiões estas colônias falharam, ou por êrros de administração, ou de localização dos imigrantes, ou inconvenientes de lugar. Convém recordar que os imigrantes eram, geralmente, de regiões frias, e não se davam bem, muitas vêzes, com o clima brasileiro. Convém, aliás, recordar que, naquele tempo vigoravam muitas teorias terrificantes acêrca dos inconvenientes do clima tropical. Isto sem falar no fato de que em muitos portos brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro, grassava a terrível febre amarela, fatal para estrangeiros. Isto espantava muita gente do Brasil.

E de qualquer modo, o efeito da imigração era lento — tratava-se de ir povoando vastas regiões despovoadas, e isto se fêz.

Outro problema sério, o das comunicações: território vastíssimo, mal servido de linhas naturais de penetração, muito montanhoso na região mais povoada, o Brasil constitui um desafio sério ao homem. O Império lançou um metódico programa ferroviário, ligando os grandes portos ao interior — até hoje, as ligações ferroviárias mais importantes são as do Impérilo, ou continuação delas.

E para que se veja a inteligência política imperial, feita, naturalmente visando o futuro, e não resultados imediatos, basta um exemplo, o mais importante de todos — o de São Paulo. Como se sabe, S. Paulo apresentava, desde o início, condições promissoras — terra muito fértil, clima semelhante ao da Europa, etc. Mas, vegetava, pois a serra do Mar era uma barreira quase intransponível. A Capital de S. Paulo, num terreno magnífico era, apenas, uma grande aldeia. D. Isabel, em visita à "paulicéia", já no fim do Império, ao ver a cidade de um ponto mais alto, comentou: — Que ótimo lugar para uma grande cidade...

Nêste tempo já havia estradas de ferro, mas ainda não estavam dando resultados. Estas vieram logo... Mas, em primeiro lugar, foi necessário ligar Santos a São Paulo e S. Paulo ao Rio. Com isto, o café começou a escoar depressa, dando grandes lu-

cros. Êstes e mais o clima, chamaram o imigrante — êste veio em proporções cada vez maiores. E o resto é história recente...

Estas ligações ferroviárias entre o mar e o interior foram por vêzes, muito trabalhosas. Mas, sempre com êxito, em obras que, dadas as condições técnicas da época, levaram dezenas de anos...

Um aspecto interessante na vida econômica da época: o govêrno era modesto, não se destacando do povo por luxo ou ostentação. Principalmente, a Capital, o Rio, que progredia sempre em conseqüência do progresso geral do país, não se destacava das cidades do interior senão pelo tamanho, e pela educação do povo. O Brasil imperial não apresentava esta separação tão chocante, como vemos hoje, de cidades modernas e luxuosas, em face de sertões abandonados e na miséria...

Um exemplo do critério, honestidade e capacidade dos govêrnos imperiais tem o seu reflexo no valor da moeda. Embora enfrentando crises, coisa que acontece em qualquer país, embora lutando com dificuldades internacionais sérias como a guerra do Paraguai, a moeda do Império sempre foi muito bem cotada. Ao cair a monarquia, o nosso mil-réis valia muito — uma libra esterlina (hoje cotada a mais de mil cruzeiros) não chegava a dez mil réis — valia a moeda brasileira cem vêzes mais do que hoje...

(Um exemplo em mil: a lista civil do Imperador, que devia cobrir tôdas as despesas dos palácios, inclusive funcionários, fixada na época da Maioridade em oitocentos contos por ano, nunca sofreria aumento em mais de quarenta anos...)

14

A Vida Social

O Brasil imperial era, geralmente, um país de fazendas ricas, prósperas, tranqüilas. Ou engenhos de cana no norte, ou fazendas de café no centro, além de outras modalidades de agricultura. O trabalho era entregue aos escravos, geralmente bem tratados, não sòmente pela índole mesma da escravidão brasileira, como, e principalmente, por seu alto valor depois da extinção do tráfico. Os castigos sòmente eram aplicados em caso de faltas muito graves e não raro os senhores alforriavam os escravos em certas ocasiões solenes. Ou em seus testamentos. Não raro, os testamentos deixavam, além da liberdade, fazendas e terras aos escravos.

Mas, seja como for, havia a escravidão e esta era terrível por si mesma.

O Rio, a "Côrte", como se dizia, tornava-se, ràpidamente, numa cidade de bom gôsto e distinção, rica e próspera, habitada por uma sociedade alegre e cultivada.

A Côrte, em si mesma, funcionava, no princípio em dois palácios — o Paço da Cidade, velho casarão do tempo do Conde de Bobadela, onde funciona hoje a Repartição Central dos Telégrafos, à Praça XV, e o Paço de S. Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, onde é museu. Mais tarde o Imperador construiria o Pa-

Traje que o Imperador usava na coroação e nos atos de abertura e encerramento da Assembléia. Dava-se a êsse traje o nome de "Papos de Tucano".

lácio de Petrópolis – hoje museu. Não era uma Côrte muito faustosa. D. Pedro II, em sua vida particular vivia pràticamente como qualquer outra pessoa, e não ostentava luxo. Sòmente nos dias solenes, chamados de pequena e grande gala, é que havia aparato. Assim mesmo mais para constar – umas espécies de procissões de pessoas que iam cumprimentar o soberano por motivo de festas diversas de acontecimentos especiais, que iam desde as datas nacionais e festas religiosas até aniversários de nascimentos e de mortes. Afora isto, D. Pedro II recebia quase todo o mundo, democràticamente.

O que dava um ar aristocrático à sociedade imperial, aristocracia mais ou menos democrática de origem, eram os títulos, as condecorações e os fardões. Havia títulos de nobreza diversos, desde o de Barão, o de categoria inferior, mais numeroso, ao de Duque, o mais alto. Convém lembrar que, tirante algumas pessoas ligadas à Família Imperial, sòmente Caxias, o grande marechal, seria Duque. Quanto às ordens honoríficas havia as três velhas e ilustres ordens portuguêsas (de Cristo, de Avis e São Tiago da Espada – a primeira de fita vermelha, a segunda verde, e a terceira roxa) e as três brasileiras, criadas pelo primeiro Imperador (do Cruzeiro, de Pedro I, e da Rosa, com fitas azul, verde e rosa. Curiosamente as Ordens de São Tiago da Espada e de Pedro I raramente eram concedidas.

Como dissemos antes, esta nobreza era de fundo democrático – galardoavam-se geralmente o mérito, raramente o nascimento. Pessoas de origem mais do que humildes – era mais fácil fazer carreira naquele tempo do que hoje – ostentaram no peito a Ordem da Rosa ou do Cruzeiro.

Interessantes eram os trajes de cerimônia. Era um uso das Côrtes, que o Brasil conservava, embora modestamente.

O Imperador, além das fardas de generalíssimo, tinha os "papos de tucano", que usara na coroação e nos atos de abertura e encerramento da Assembléia. Era um bonito traje de rei medieval, com um grande manto verde bordado, uma murça de penas de aves amarelas (teòricamente de galo da serra, mas por

vêzes de tucano, daí o nome popular de "papos de tucano") uma coroa maravilhosa, cetro, etc. Mas esta roupa complicada sòmente era usada quando comparecia para ler a sua Fala do Trono, um discurso em que se apresentava o programa do govêrno, diretamente aos "Honrados e Digníssimos Senhores Representantes da Nação". (Os presidentes mandam uma mensagem lida pelo chefe da Casa Civil...).

Os ministros, os deputados, os conselheiros de estado, os senadores, os presidentes de província, os chamados camaristas e demais oficiais da Côrte usavam uniformes. Variando de forma e de detalhes distintivos, êstes uniformes consistiam numa casaca, geralmente verde, um espadim e um chapéu de dois bicos. Os atuais fardões da Academia Brasileira de Letras e os de embaixadores lembram êstes uniformes dos dignitários da Côrte.

Convém destacar os camaristas. Eram pessoas importantes que rodeavam o Imperador, nos atos solenes e serviam em seu gabinete, habitualmente, revezando-se tôdas as semanas. Geralmente êstes cargos eram gratuitos, e as pessoas os ocupavam pela importância que havia em servir ao Imperador...

Como usavam casaca verde, com alamares, chapéus de dois bicos e espadim, o povo os apelidava de "lagartixas". Eram, também, chamados de "toma larguras" pois faziam alas para o Imperador nos grandes desfiles solenes.

Na prática, era uma sociedade brilhante, pôsto que modesta, democrática de fato, mas com grande aparato aristocrático. Era mais "distinta" do que luxuosa.

15

Vida Cultural

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL teve um efeito por assim dizer mágico sôbre as jovens inteligências — imediatamente muitos indivíduos de talento, entre poetas e romancistas, conceberam o projeto grandioso de criar uma literatura e uma arte para o Brasil. Uma nação que se preza, deve ter a sua própria cultura. Ajudados pelo govêrno, indiretamente, pela instituição de escolas superiores no país, na medida do possível, e diretamente pelos auxílios que prestava D. Pedro II, de seus rendimentos pessoais ou, quando havia possibilidade, dos cofres públicos, os talentos foram surgindo. Era uma descoberta do Brasil, e pelos brasileiros.

Um movimento de idéias da época muito ajudaria, o romantismo, principalmente em sua modalidade indianista. Tudo vinha, mesmo, na hora. Em primeiro lugar o romantismo, em seu aspecto geral, sendo uma literatura sentimental e falando mais ao coração do que à inteligência, estava bem de acôrdo com a mentalidade brasileira e, principalmente, pelo fato de que o nosso país, sem uma cultura sólida e sem tradições científicas antigas, não podia pensar em realizar obras de grande profundidade. Depois, o indianismo: valorizando o índio, em contraposição ao europeu, vinha mesmo de encomenda para nós. Se estavamos lutando com os portuguêses, estavamos, de certo modo, tirando vingança por parte dos índios. Êstes sentimentos de indianismo eram tão vivos que muita gente trocou ilustres nomes portuguêses por outros, a imitar o tupi.

Tudo isto junto, afinal, propiciou o aparecimento de uma notável literatura, sem falar em formas artísticas as mais variadas. Muita coisa do que o Brasil possui de melhor em matéria de romance, de poesia, de pintura, de escultura, de música, vem do Império — basta recordar nomes como Manuel Joaquim de Almeida, Machado de Assis, Alencar, Bernardo de Guimarães, Taunay, Gonçalves Dias, Macedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Pe. José Maurício, Francisco Manuel, Carlos Gomes, Pedro Américo, Vitor Meireles... Num levantamento acêrca do melhor romancista brasileiro, do melhor poeta, do melhor pintor ou compositor, se a pessoa não indicar algum nome da atualidade, mais conforme o gôsto da época, poderá variar dêste para aquêle, conforme as suas preferências, mas cairá em nomes imperiais.

Não vamos aqui, destacar aspetos especiais, nem fazer o estudo completo da cultura brasileira no Império. Pretendemos, apenas, salientar a sua importância. Afinal, são os autores mais lidos e apreciados até hoje. E todos procurando mostrar aspetos da realidade brasileira. Assim como José de Alencar, nas suas obras mais conhecidas, como *O Guarani, Iracema, Ubirajara,* etc., procurava revelar e valorizar a natureza brasileira, as suas matas, os seus animais, as suas aves, e naturalmente o brasileiro considerado puro, o índio (e a sua popularidade é tamanha que constantemente encontramos pessoas cujos nomes vieram de seus romances), Machado de Assis mostrava a vida do Rio de Janeiro, seus lugares típicos, e personagens mais significativos. Enquanto Gonçalves Dias fazia como Alencar, a apologia dos índios, outros, como Casimiro de Abreu, cantavam a vida de todo o mundo (recordem-se de *Meus oito anos...*) e Castro Alves defendia a Abolição...

Os estabelecimentos de ensino não eram numerosos — mas a população do país não era grande, também. No Rio, havia escola de Medicina, de Engenharia (a Politécnica) as escolas militares, sem falar no Colégio Pedro II. No Recife e em São Paulo, famosas escolas de Direito; na Bahia outra de Medicina; em Minas (Ouro-Prêto) de Engenharia de Minas e de Farmácia; e assim por diante.

Naturalmente, havia muitos colégios por tôda a parte, e nas províncias, além de colégios particulares, outros oficiais, mantidos pelos governos provinciais. E as escolas primárias eram criadas na medida das necessidades. Para que se veja o interêsse dos governos pela educação, interêsse que não era maior devido à falta de recursos, basta recordar que em Minas, a maior verba do orçamento provincial, cêrca de 30%, era a de educação.

Naturalmente esta educação adotava processos rudimentares. Foi no final do século que, nos Estados Unidos e em outros países, teria início a renovação dos métodos pedagógicos. Até então, como mostram os romances inglêses do tempo, as escolas eram feias e acanhadas, os processos de ensino absurdos.

O ensino primário, que era provincial, era entregue a mestre-escolas, que tomavam rapé e castigavam os meninos com palmatórias, e as professôras, para as meninas, também muito bravas. Naquele tempo não sòmente as aulas de meninas e meninos eram separadas, como os professôres também: futuros homenzinhos deviam estudar com homens. Nada de confusões...

16

Os Estadistas do Império

Foi, de fato, notável a galeria de estadistas que, em postos diferentes, serviram ao Brasil durante o Império. Homens geralmente patriotas, de grande austeridade de costumes, zelosos no cumprimento do dever, muitas vêzes de alta competência, ou pelo menos de grande experiência, altivos e independentes, êles formavam uma galeria da mais alta categoria.

Um historiador moderno, bom conhecedor da situação, escreveu que a galeria dos presidentes de Conselho representava a mais ilustre coleção de estadistas do continente americano.

Tal coisa não aconteceu por milagre, pelo fato de nascerem mais pessoas de valor naquele tempo, mas pelas condições do regime.

Como a carreira política conduzia a várias honras e dava prestígio social, os jovens de talento a procuravam. Certamente muitos outros também, como em qualquer tempo e em todo lugar. Mas, aí entravam os mecanismos de contrôle. A carreira política não dependia sòmente de eleições, dependia, por muitos motivos, do Imperador que não facilitava as coisas, isto sem falar nos processos naturais do regime parlamentar.

O sistema imperial funcionava na forma seguinte: quando um jovem deputado começava a destacar-se era aproveitado no govêrno de uma Província, começando das menos importantes.

Muito embora os presidentes fôssem escolhidos pelo presidente do Conselho, isto não impedia uma certa fiscalização por parte do Imperador que, também, conversava antes com o nomeado, discutia com êles os problemas da Província, dava-lhe orientação. Com isto, o político começava a sua carreira. Quando chegava a ministro, se, como convinha ao regime parlamentarista, a escolha era do "premier" havia uma certa possibilidade, embora remota, de recusa por parte do Imperador. Mas, uma vez ministro, o nosso homem estava entre dois fogos: o Imperador e a Assembléia. Primeiro, esta: no Império, o parlamentarismo funcionava verdadeiramente e não como aconteceu recentemente. Os ministros compareciam sempre à Câmara dos Deputados e discutiam com a oposição as questões de suas pastas: é preciso que um homem seja muito capaz e de vida moral ilibada para enfrentar, constantemente, de viva voz, deputados da oposição, muitas vêzes violentos e dispostos a uma crítica severa.

Como se isto não fôsse suficiente, o Imperador, nas reuniões de ministério, nos despachos, e a todos os instantes, por meio de bilhetinhos, martelava os ministros com perguntas, pedidos de informações, observações. Os ministros denominavam "sabatinas" estas reuniões, pois D. Pedro II comportava-se como verdadeiro examinador diante de alunos. Durante a guerra do Paraguai, muitos ministros eram tirados da cama para atender a bilhetinhos imperiais fora de horas, mas é que êste não dormia com os problemas da guerra, e queria providências constantemente.

Agora, como êle é quem decidia a respeito da presidência do Conselho, aí entrava uma seleção rigorosíssima. Também o Imperador era livre de escolher quem quisesse para senador, na lista eleita – quase sempre procurava ser rigoroso. E êstes eram os cargos mais importantes do Brasil – a presidência, pois se tratava da própria chefia do govêrno; e o Senado, pelo fato de oferecer aos políticos uma situação estável e sólida, dispensando-os de eternas lutas eleitorais, mas, conservando-os em função.

Por fim, devido ao sistema da "gangorra" imperial, os partidos não ficavam muito tempo no poder – um deputado de oposição sabia que, cedo ou tarde, poderia ser ministro; um ministro, hoje, sabia que o seu poder não seria sem fim.

O resultado de tudo isto era duplo: homens de grande sentido de responsabilidade e máxima inteireza moral, estadistas que conheciam a fundo os problemas do País.

Segundo alguns historiadores, o centro da política imperial, a grande e genial criação dos homens que organizaram o Império era o Conselho de Estado, cognominado o "cérebro da monarquia". Nomeados em caráter vitalício, depois de terem exercido muitos cargos importantes, como de presidência de Província e de ministros, e, quase sempre, depois de terem sido deputados longos anos, os conselheiros deviam estudar e discutir, livremente, todos os assuntos importantes do govêrno: projetos de leis, processos de reclamações, conflitos entre autoridades, pedidos de indenizações, aprovação de sociedades, etc. Isto sem falar nas questões políticas, como, por exemplo, as quedas de gabinete: quando a Câmara votava desconfiança ao ministério, o Conselho era convocado e, retirados da sala os ministros, cada um dizia o que o Imperador devia fazer. Êste depois de ouvir atentamente os conselheiros, resolvia.

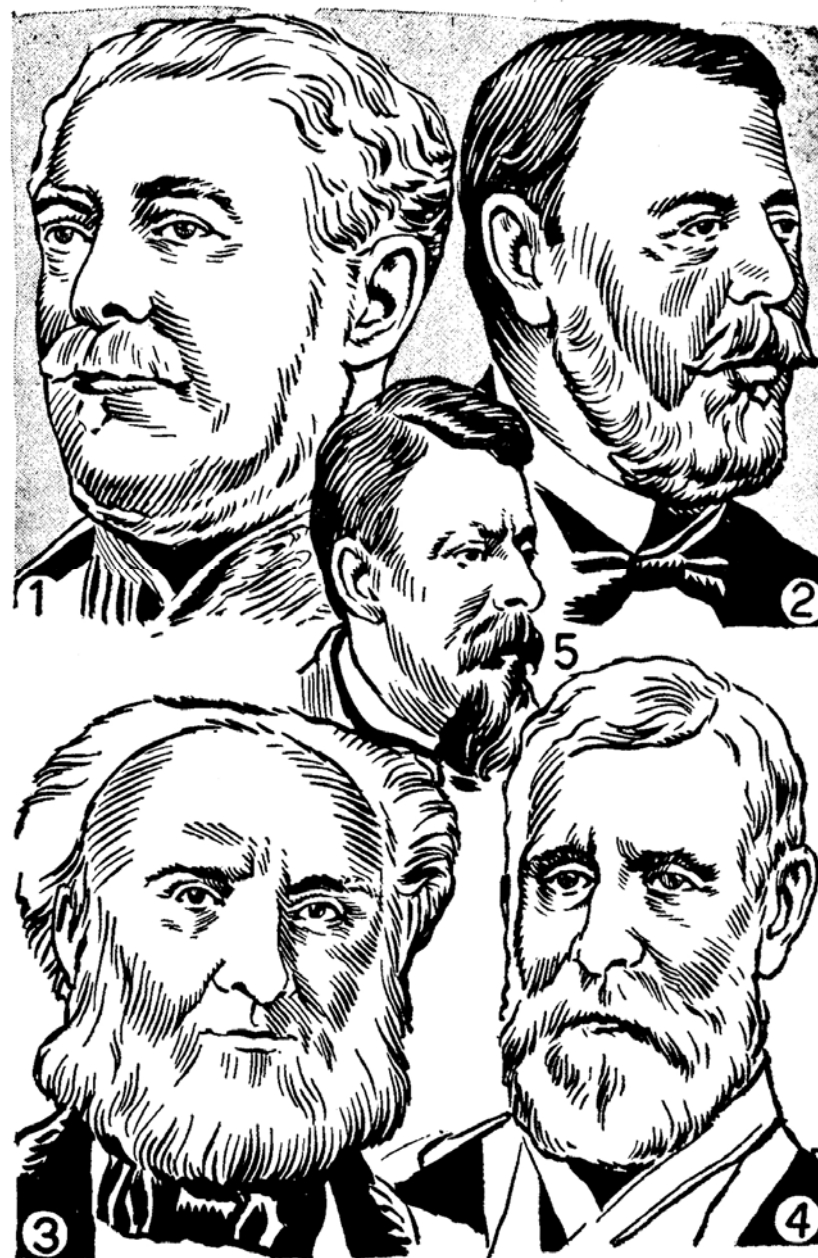
O resultado é que a "carta de conselho" era um verdadeiro diploma de doutor em ciências políticas e administrativas.

17

Política Exterior

O Império enfrentou vários problemas em matéria de política exterior: no fim de muitas lutas conseguiu firmar-se no cenário internacional e era um país respeitado e acatado por todos. A dedicação de D. Pedro II e o seu extraordinário zêlo na defesa da honra e da integridade do Brasil, os nossos excelentes diplomatas como, por exemplo, os Viscondes de Uruguai e Rio Branco, o Marquês de Paraná e outros, os nossos grandes generais e almirantes, como Caxias, Osório, Tamandaré, Barroso, o Conde d'Eu, o valor de nossos soldados e marinheiros, tudo contribuiu para a glória do Brasil.

Geralmente as complicações diplomáticas do Brasil foram originadas de problemas criados pelos governos das repúblicas do Rio da Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai). Entregues a uma situação de crise crônica, com ditaduras crônicas e revoluções sucessivas, êstes governos muitas vêzes criavam situações que interessavam à vida brasileira. As diferenças, por exemplo, entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul eram mínimas — o resultado é que brasileiros se misturavam nas revoluções uruguaias e uruguaios continuavam combatendo dentro de território brasileiro, surgindo, daí, as maiores confusões.

Foram várias questões sérias. Uma das mais graves foi a de Rosas — um ditador que oprimia o povo argentino, contra o

Grandes generais e almirantes: (1) *Caxias.* (2) *Osório* (3) *Tamandaré.* (4) *Barroso.* (5) *Conde d'Eu.*

qual se rebelaram líderes democráticos, como Sarmiento e Mitre, grandes amigos do Brasil e homens de excelente formação. O Brasil foi forçado a entrar na luta e, graças às nossas fôrças, a democracia conseguiu triunfar na Argentina que, assim, teve muitos anos de paz e de progresso.

A grande crise foi a guerra do Paraguai. Êste país, escondido no fundo do continente, era governado por ditadores estranhos e misteriosos. Ninguém sabia muito bem o que ia pelo Paraguai. A certo altura, coube o govêrno a um jovem de tendências militaristas, Francisco Solano Lopez, que se considerava o Napoleão da América. Organizou um exército monstruoso, instalou fortalezas por tôda parte e tentou a guerra contra o Brasil.

Um pouco na linha de Napoleão, Lopez começou com ofensivas fulminantes, tendo ocupado parte do Mato Grosso (Naquele tempo as comunicações entre o Rio e o Extremo-oeste se faziam... pelo Paraguai. Os navios iam até Buenos Aires e subiam o rio Paraguai até novamente atingirem o território brasileiro: por isto que o presidente do Mato Grosso, a bordo do *Marquês de Olinda* fôra aprisionado em Assunção). Com isto a defesa do Mato Grosso por terra era algo de mitológico. E isto explica as terríveis condições das tropas brasileiras lutando naqueles sertões longínquos, depois de uma longa viagem desde Minas e S. Paulo.

Em seguida, Lopez invadiu a Argentina para alcançar o Rio Grande: como resultado a Argentina e o Uruguai entraram na guerra ao nosso lado.

O Brasil reagiu: uma esquadra sob o comando de Barroso derrota no rio Paraguai os navios de Lopez (batalha do Riachuelo); enquanto isto o Imperador em pessoa partia para o Rio Grande do Sul invadido para acompanhar os soldados brasileiros. Afinal, diante de D. Pedro II as tropas inimigas que ocupavam Uruguaiana, renderam-se. Estava finda a invasão.

O segundo período da guerra foi o da reação brasileira. Os aliados invadiram o Paraguai. O impulso do inimigo estava domado, mas era uma guerra difícil que estava pela frente. Parecia que ia terminar tudo meio empatado, quando Caxias assume o comando. Logo a esquadra força a passagem de Humaitá, uma posição fortificada da maior importância. E o exército avança; era a "dezembrada". Caxias, numa ofensiva fulminante, ocupa grande número de cidades e posições pelo território paraguaio. Afinal, em 5 de janeiro de 1859, entra na Capital do Paraguai. O inimigo estava dominado.

Nesta fase de vitórias, no sul do Mato Grosso, desenrolava-se um episódio doloroso e heróico, a retirada da Laguna, as nossas fôrças sem meios de combater, acossadas pela peste, no meio da floresta sem fim, tiveram de recuar. Mas, com a invasão do Paraguai pelo então Marquês de Caxias, êstes brasileiros que lutavam sem esperança terminaram vencendo, pois os paraguaios por sua vez estavam derrotados.

E tivemos o período final, comandando as nossas tropas o próprio genro do Imperador, o Marechal Gastão de Orleans, Conde d'Eu. Lopez refugiara-se como uma fera acuada, nas cordilheiras. Mas, perseguido e vencido, acabou morrendo nas mãos de um cabo do Exército Brasileiro.

Estava finda a guerra. O Brasil não tomou qualquer parcela do território paraguaio, nem quís, como pretendiam alguns, anexar aquêle país, completamente devastado pela loucura de seu ditador. O Visconde do Rio Branco, por ordem do Imperador, dirigiu-se a Assunção e, com alguns paraguaios, respeitáveis, organizou um govêrno provisório. Por sugestão do Conde d'Eu, êste govêrno aboliu a escravidão.

Para o Brasil, a Guerra do Paraguai custou sacrifícios enormes, mas os nossos soldados e marinheiros tiveram ocasião de mostrar sua bravura e seu espírito de sacrifício.

Pouco antes da guerra do Paraguai o Brasil estivera de relações cortadas com a Inglaterra, então o país mais poderoso do mundo, sem que houvesse qualquer outro que lhe fizesse sombra. Com uma esquadra que dominava tôdas as rotas marítimas, com indústrias que abasteciam todos os mercados da terra, com bancos que dominavam as finanças internacionais, a Ingla-

terra era, deveras, a senhora do mundo. Além disto, instituições políticas admiráveis, que faziam inveja a todos os povos, políticos hábeis e patriotas, e uma soberana que era o símbolo da primazia inglêsa — a Rainha Vitória. Com isto, naturalmente todo inglês onde estivesse se sentia muito forte. E assim meio confiantes demais, alguns marinheiros britânicos meteram-se em conflitos no Rio, tendo sido presos e tratados de maneira meio ríspida pela polícia. A situação se agravou, houve outras complicações e a Inglaterra e o Brasil romperam relações. Isto foi exatamente um século antes da redação destas páginas — fins de 1862 e princípios de 1863. Era a chamada *Questão Christie* — pois o responsável foi o embaixador britânico no Rio, Christie, que transformou em caso diplomático incidentes que poderiam ter sido resolvidos de melhor forma.

O Rei da Bélgica foi convidado para medianeiro e a Inglaterra pediu desculpas — o embaixador inglês procurou D. Pedro II, em Uruguaiana, por ocasião da Guerra do Paraguai e ali apresentou as excusas da Rainha Vitória. No campo de batalha, como convinha ao caso, para mostrar que tinhamos um "Defensor Perpétuo".

18

As Crises

APESAR DOS QUARENTA ANOS sem revoluções do reinado de D. Pedro II, período que constitui, até hoje, a época mais tranqüila e pacífica de nossa história, registrando-se, apenas, arruaças ligeiras e alguns conflitos sem importância, havia na estrutura política do Império desajustes e falhas que provocariam crises, afinal de contas, fatais.

Vamos apontar algumas destas falhas, destas contradições, as quais, isoladamente não fôssem perigosas, mas em conjunto, tôdas reunidas, destruiram o belo edifício imperial. E, de qualquer modo, não seria possível aos homens do Império resolver todos aquêles problemas numa só geração

O Brasil era uma nação cuja economia fundava-se no trabalho escravo. A escravidão fôra uma espécie de pecado original da colonização americana, atingindo a muitos países, principalmente ao Brasil e aos Estados Unidos.

Sempre houve protestos contra isto. Mas, era evidente aos homens responsáveis que uma abolição sumária do trabalho escravo provocaria, fatalmente, uma crise terrível. Nos Estados Unidos, como sabemos, isto produziu uma guerra civil que quase destruiu a União Americana e, até hoje, há conflitos oriundos disto. O resultado é que, se durante muito tempo o govêrno im-

perial era criticado por manter uma instituição que feria tão duramente nossos sentimentos cristãos e estava em contradição tão visível com os princípios da Constituição do Império. Mas, a abolição estabelecendo a maior confusão na vida econômica do país — há regiões que nunca mais se recuperaram — jogou as classes rurais contra o regime — os estadistas do Império estavam diante do dilema: deixar a escravidão era um crime, aboli-la de modo imprudente seria um èrro fatal.

Outra questão séria a do federalismo. Êste jogaria homens como Rui Barbosa contra o Império. Trata-se de uma questão complicada que não encontrou solução satisfatória em nenhuma época, todos os estudiosos, no momento, proclamando que há uma crise da Federação... A questão é a seguinte: o Brasil, por sua vastidão territorial e a variedade de formas de vida, exige um tipo de govêrno descentralizado; é impossível ao govêrno, no Rio (ou, agora, em Brasília), resolver de modo igual problemas do Amazonas e Rio Grande do Sul. Mais ainda: nenhum govêrno poderá conhecer realmente o que se passa por tôda parte; um govèrno centralizado, só em países muito pequenos e uniformes. Mas, por outro lado, quando D. Pedro II subiu ao trono o problema era o da unidade nacional — o país se desarticulava em vários pedaços. Exatamente esta vastidão territorial e esta variedade de situações estavam exigindo um govêrno unificado para impedir o desmantelamento geral. Como resolver o problema da conciliação entre a necessidade da unificação do país e a descentralização administrativa? Em certa época, alguns espíritos descobriram o sistema americano e acharam que seria a solução. Daí o movimento federalista, cujos principais líderes foram Tavares Bastos e Rui Barbosa. Mas, a história americana seguiu um caminho exatamente ao contrário da do Brasil. Lá, as colônias separadas organizaram govêrnos próprios, depois se uniram. Aqui, afinal de contas, as Províncias já estavam unidas, embora vivendo isoladamente. E daria certo repetir no Brasil o que dera certo nos Estados Unidos, país tão diferente? Os políticos do Império, em geral hostilizavam a idéia federalista,

Por fim, foi nomeada a comissão presidida pelo Conde d'Eu, marido da Princesa Imperial, e comandante das fôrças brasileiras no final da Guerra do Paraguai.

como completamente inadequada. E isto afinal provocava o aparecimento de grupos republicanos, menos pela república do que pela federação.

Outro problema sério: o da religião.

A Constituição reconhecia o catolicismo como a religião do Estado. Mas, herdara um tipo de organização, que vinha da Idade Média e que se agravara pelo sistema autoritário do Marquês de Pombal — o Padroado. Isto é, a Igreja seria subordinada ao Estado. O govêrno é quem determinava o nome dos ocupantes dos ofícios eclesiásticos e pagava a remuneração do clero, reduzido a uma condição de serviço público. Assim, os bispos eram escolhidos pelo govêrno, que enviava ao Papa os nomes dos candidatos. O sistema era mais do que inconveniente, ainda mais que, em muitos casos, os ministros não eram homens muito religiosos. O resultado é que surgiram vários conflitos. (Em compensação, como a Igreja Católica era oficial, os indivíduos filiados a outros cultos ficavam em situação inferior e desagradável: o sistema aborrecia igualmente aos católicos e não católicos, todos alegando falta de liberdade).

E havia ainda a questão militar, que daria o golpe de morte no regime de dificuldades próprias do parlamentarismo.

Com relação à questão militar, além de vários defeitos na organização do Exército, convém destacar os regulamentos chamados do Conde de Lippe, que vinham também do tempo do Marquês de Pombal, e que, muito rigorosos e duros, cheios de inconvenientes, chocavam profundamente. D. Pedro II não os apreciava, mas as autoridades militares consideravam-os essenciais à disciplina. Por fim, foi nomeada uma comissão presidida pelo Conde d'Eu, marido da Princesa Isabel, e comandante das fôrças brasileiras no final da guerra do Paraguai, e que, depois de muito trabalho, elaborou uma reforma geral que, infelizmente, não conseguiu ser aprovada por vários motivos.

O resultado foi uma série de malquerenças entre oficiais e políticos, os militares acusando os líderes dos grandes partidos de má vontade para com a classe.

Por fim a questão do parlamentarismo.

Funcionava bem o parlamentarismo brasileiro: o chefe do govêrno era o primeiro ministro, que se mantinha no posto enquanto gozasse da confiança da Câmara, podendo, pela Constituição, o Imperador demitir os ministros por si, coisa que raramente acontecia.

Mas, havia uma falha, que era o estado geral do País, que impedia eleições adequadas e convenientes; o partido que estivesse no govêrno, manobrando os delegados de polícia e outros postos terminava ganhando sempre as eleições. Sabendo disto, o Imperador, por vêzes, convidava para organizar o ministério um partido sem maioria na Câmara. Feitas novas eleições, o nôvo govêrno ganhava de qualquer modo. Muitos políticos diziam que o Imperador avançava o sinal em tais casos; mas se não fizesse isto, os partidos ficariam eternamente no govêrno...

Uma destas viradas bruscas, ocorridas em 1869, quando caiu o gabinete chefiado pelo Senador Zacarias, liberal, tendo o Imperador chamado o conservalor Visconde de Itaboraí, para chefiar o govêrno, provocou uma crise séria, muita gente passando para o lado dos republicanos.

Havia solução para estas questões; mas impunha-se tempo e moderação. E tôdas simultâneamente, apresentando-se com premência, eis o que era impossível enfrentar.

19

As Viagens do Imperador

D. PEDRO II era um homem infatigável, dotado de grande vitalidade; nisto saira mais ao Pai do que ao Avô: não parava. Podemos ver de seus "Diários" que constantemente percorria repartições públicas, fábricas, fortalezas, escolas, hospitais, etc. E visitava tudo — ia até às cozinhas, às enfermarias, por tôda a parte, queria ver tudo. E via tudo, como vemos das anotações que tomava e estão documentadas. Depois encaminhava reclamações aos ministros. Pelo parlamentarismo vigente, êle não governava — governavam os ministros. Mas, podia obrigá-los a governar bem...

Isto no Rio. Mas periòdicamente visitava as Províncias. Certamente não foi a tôdas — mas naqueles tempos de comunicações difíceis, quando algumas destas viagens duravam meses êle fêz muito. As visitas não apenas serviam para informá-lo acêrca da situação do País, como, também, para a alegria dos povos, para mostrar o interêsse do soberano, a sua simpatia. E nas viagens, percorria tudo, visitava tudo, desde lugares históricos, como, por exemplo, em Pernambuco esteve nos lugares célebres pelas batalhas da Guerra Holandeza, tomando nota de tudo, ou estabelecimentos de ensino. (Na Bahia assistiu aulas de tôdas as disciplinas da Escola de Medicina e deixou consignada a sua impressão sôbre a competência dos mestres). Ao mesmo tempo, em aldeias de sertão visitava as escolas primárias e anotava o estado da instrução dos alunos e dos professores. Foi parar até na Cachoeira de Paulo Afonso, então um fim de mundo completo. Durante o trajeto, de barca pelo rio, um homem nas margens bradou comovido:

— Viva Deus que estou vendo o meu Imperador pela última vez!

Mas logo que a situação estava consolidada e D. Isabel com idade para ser Regente, êle realizou um sonho que era de quase todos os brasileiros cultos: visitar a Europa. Por várias vêzes, D. Pedro II foi ao estrangeiro, andando por tôda a parte, conversando com os sábios e artistas de sua admiração, sempre como turista, sem caráter de visita oficial. Estas viagens foram muito úteis à nossa propaganda no exterior, pois focalizaram a figura do grande Imperador. Êle se tornou uma pessoa respeitada e querida em todo o mundo, com vantagens evidente para o Brasil.

Em outra ocasião visita os Estados Unidos — era a primeira vez que um rei punha os pés na grande república americana, cujo povo, então, alimentava sentimentos muito vivos de hostilidade às realezas. O resultado foi notável — os americanos ficaram encantados com o Imperador. E êle acabou entrando para a história americana; a imprensa americana deu-lhe a maior cobertura. E recebeu muitos votos para Presidente nas eleições seguintes...

Tornou-se, também, responsável pela popularidade do telefone. Na exposição de Filadélfia havia uma espécie de brinquedo dum tal A. G. Bell, que ninguém levava a sério. D. Pedro II, com a curiosidade costumeira, resolveu usar do aparelho e anunciou:

— Mas, isto fala!

Foi a conta: o telefone em que ninguém acreditava, tornou-se uma coisa popular e invadiria o mundo logo...

Na exposição alguém lhe mostra, também, uma máquina que fazia muitas "revoluções", isto é, voltas por minuto.

D. Pedro II, que sabia dizer as suas piadinhas nos momentos oportunos, saiu-se com estas:

— É. E deixa longe as nossas repúblicas sul-americanas.

E para prova de seu prestígio internacional, lembraria que o Instituto de França, a mais importante academia científica da França, fê-lo membro efetivo e a Rainha Vitória (depois da Questão Christie) deu-lhe a Ordem da Jarreteira, a mais importante distinção honorífica da Inglaterra. Possìvelmente, D. Pedro II é o único americano (com exceção de algum súdito inglês nascido na América) a receber a Jarreteira.

Com suas viagens, além de um natural descanso em sua vida trabalhosa, de tempo integral em benefício do Brasil, D. Pedro II procurava conhecer melhor o Brasil, aprender coisas dos países mais adiantados, e ao mesmo tempo, tornar o Brasil mais conhecido. Eram viagens úteis em todos os sentidos.

20

A Família Imperial

O Brasil, sendo monarquia, teria uma família real — aliás foi possível tornar-se monarquia pelo fato de possuirmos príncipes.

Pela Constituição a Dinastia brasileira seria de D. Pedro I, na seqüência hereditária, segundo o critério de primogenitura. Quer dizer o filho mais velho sucederia ao mais velho, de preferência em pessoas do sexo masculino.

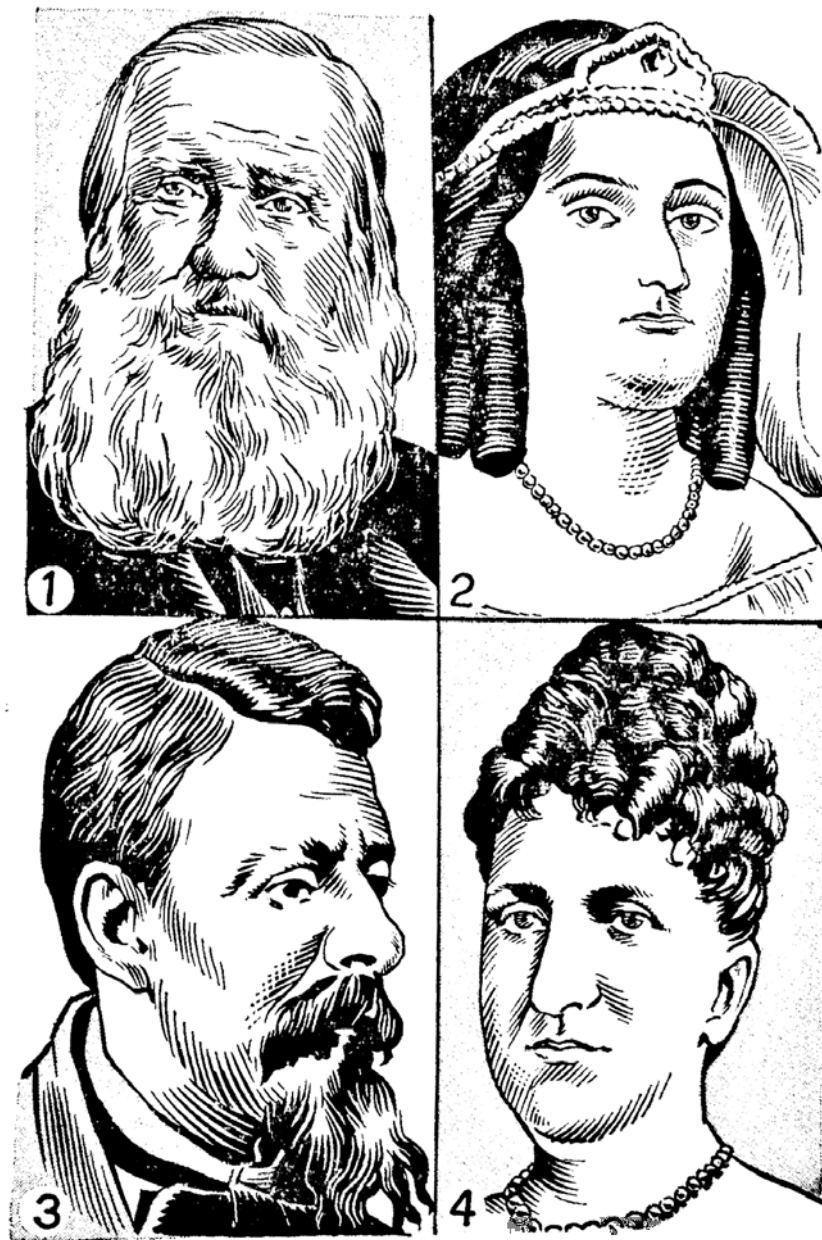
Era uma dinastia ilustre, de antiga origem e dotada de boas qualidades.

D. Pedro I, por parte de seu pai D. João VI, era um Bragança, e descendia dos Reis de Portugal, desde Afonso Henriques — seus avós, portanto, foram os reis que comandaram o movimento dos descobrimentos marítimos. Era descendente de D. Manuel, o Venturoso, e de D. João III, tão ligados à História do Brasil — e um sobrinho remoto do Infante D. Henrique, o Navegador. Por parte de mãe, D. Carlota Joaquina, vinha dos reis de Espanha — era um Bourbon, descendia de Luiz XIV, dos Reis de França, de São Luís. Sua espôsa, D. Leopoldina, era uma Arquiduqueza de Áustria, descendente dos Imperadores...

Seu único filho varão a atingir a maioridade foi D. Pedro II, o segundo Imperador. Casou-se com D. Teresa Cristina, a admirável Imperatriz, descendente dos Reis de Nápoles, também uma

Bourbon, com antepassados ilustres por tôda a Europa. D. Pedro II veria morrer, na infância, seus filhos varões; a sucessão iria para D. Isabel, que seria a Princesa Imperial (o herdeiro da coroa brasileira tinha o título de Príncipe Imperial e seu sucessor imediato, de Príncipe do Grão Pará). D. Isabel, na qualidade de Regente, governaria o Brasil em circunstâncias extraordinárias, quando das viagens de D. Pedro II. E como Regente teria seu nome ligado a vários atos importantes, principalmente à Lei do Ventre-Livre e à Lei Áurea. D. Isabel, até hoje, é o caso único: nenhuma outra senhora regeria os destinos de uma nação americana. Casou-se com o Príncipe Gastão de Orleans, Conde d'Eu, neto do Rei Luís Felipe, da França, que, na qualidade de Marechal do Exército, comandou os exércitos brasileiros na fase final da guerra do Paraguai e presidiu uma importante comissão que elaborou a completa reforma da legislação militar no Brasil. A outra filha de D. Pedro II, D. Leopoldina, casar-se-ia com o Príncipe Augusto de Saxe Coburgo e Gota.

A Família Imperial brasileira, em todos os tempos, vivia com grande simplicidade e discreção. D. Pedro II era um pai de família preocupado com a educação das filhas, e estas, boas mães brasileiras à moda antiga. Principalmente, depois que passaram a residir em Petrópolis parte do ano, os nossos príncipes, com mais liberdade de movimento do que no Rio, viviam sem qualquer aparato ou pompa. Muita gente, aliás, criticava os costumes por demais simples, democráticos e modestos da Família Imperial brasileira. Os visitantes e estrangeiros, acostumados ao protocolo rigorosíssimo das côrtes européias, estranhavam os modos simples do Imperador do Brasil, cujo estilo de vida era mais simples do que os de muita gente rica da Europa.

Quando caiu o Império, tôda a Família Imperial, inclusive os netos do Imperador, teve de tomar o caminho do exílio. Durante dezenas de anos, permaneceu a injusta proibição — nenhum descendente do autor de nossa Independência poderia pisar solo brasileiro. Muitos anos mais tarde, um dos filhos da princesa D. Isabel, D. Luiz, homem de grande cultura e talento, autor de

(1) *D. Pedro II.* (2) *D. Tereza Cristina.*
(3) *Conde d'Eu.* (4) *D. Isabel.*

livros importantes, quís visitar sua terra natal e foi impedido pelo govêrno. Afinal, por ocasião do Centenário da Independência, o govêrno presidido pelo ilustre Sr. Epitácio Pessoa, revogou o injusto banimento, permitindo que os descendentes de D. Pedro I viessem ver os festejos comemorativos do Grito do Ipiranga. Poucos dos que saíram a 15 de novembro puderam volver — muitos já haviam falecido. D. Isabel não estava mais em condições de viajar. Só vieram o Conde d'Eu e seu primogênito, D. Pedro de Alcântara. Na segunda viagem, o Conde d'Eu faleceria a bordo. Mas, os bisnetos de D. Pedro II, nascidos no exílio, puderam assistir ao Centenário.

Hoje, pràticamente tôdos os descendentes de D. Pedro II moram no Brasil, com exceção de algumas princesas casadas fora. Residindo em Petrópolis, no Rio, no Paraná, estão perfeitamente integrados na vida brasileira e mantém as tradições de seus maiores.

21

A Abolição

A ESCRAVIDÃO era o grande problema social da América naquele século. No caso brasileiro a situação tornava-se complicada; os espíritos mais cultos e esclarecidos reconheciam que a escravidão era injusta e no fundo prejudicial — mas todos a aceitavam, afinal de contas, como base da vida econômica nacional.

Sempre se combateu a permanência da instituição, ora mais, ora menos.

O primeiro golpe foi a extinção do tráfico — a partir da Lei Eusébio de Queiroz (do nome do ministro que a fêz passar) — ficava proibido o comércio de escravos com a África. Quer dizer: não mais se introduziriam escravos no Brasil. Já era um comêço, embora pequeno; daí por diante o número de escravos entraria em declínio relativamente à população do país. Não nos esqueçamos do fato de que, em todos os tempos, pessoas libertavam escravos por amizade ou em ciscunstâncias especiais.

Mas, prosseguia a escravidão e cresciam os protestos. Sentia-se que os brasileiros não estimavam a situação, embora a reconhecessem necessária. O Imperador, pessoalmente, era contra — mas a abolição sòmente poderia ser feita depois que surgisse um govêrno abolicionista. Afinal, isto ocorreu em 1871, com a Lei do Ventre-Livre, obra do gabinete chefiado pelo Visconde do

Rio Branco, conservador abolicionista, sendo Regente D. Isabel. Foi esta lei o golpe de morte na Escravidão; daí por diante, ninguém mais nasceria escravo no Brasil e como não vinham mais de fora, bastaria a morte do último — sem falar nas alforrias...

Alguns anos mais tarde, viria a Lei dos Sexagenários — uma espécie de Aposentadoria...

Nesta altura, a opinião pública estava mobilizada por poetas, sociólogos, políticos e agitadores em favor da Abolição. Tôdas as classes cultas eram abolicionistas, defendida a escravidão sòmente pelos fazendeiros.

Às vêzes aconteciam coisas curiosas — um rapaz de Itabira (Minas) recém-formado, abolicionista ardoroso, casou-se com a filha de uma fazendeira, dona de muitos escravos. Na hora do casamento, na Casa Grande cheia de gente, o noivo tira a casaca, coloca-a no chão diante da futura sogra e ajoelha-se aí para espanto geral dos convidados. E da nobre senhora, é claro:

— Minha sogra, quero pedir-lhe um presente de noivado.

A senhora, tôda comovida, prometeu tudo que pedisse:

E êle veio logo:

— A liberdade de seus escravos...

Êste fatos eram comuns. Por ocasião do jubileu do Papa Leão XIII, muita gente alforriou seus escravos em homenagem ao Pontífice, que dedicou uma Encíclica aos Brasileiros por isto.

Ou então: D. Pedro II dava a Ordem da Rosa a tôdas as pessoas que libertassem seus escravos.

Outro exemplo: os prìncipesinhos, filhos de D. Isabel, tinham um jornalzinho impresso por êles mesmos, o "Correio Imperial" — era abolicionista. Aliás, um dos mestres dos príncipes, o engenheiro André Rebouças era prêto, o que mostra a falta de preconceito da Família Imperial.

Afinal, sentia-se que a medida não poderia ser protelada. Todos queriam liqüidar de vez o assunto. Estando o Imperador doente na Europa, e D. Isabel como Regente, a crise foi desfechada. Era presidente do Conselho o Barão de Cotegipe, escravagis-

ta. D. Isabel, se não podia governar por si, podia criar uma situação que provocasse a queda do gabinete. Foi o que fêz; saindo Cotegipe, ela procurou no mesmo partido (o Conservador), ousadamente, um abolicionista, o grande João Alfredo Correia de Oliveira. Êste, corajosamente, faz passar a lei, que logo foi cognominada Lei Áurea, e sancionada pela Princesa num domingo festivo de Maio, dia 13, depois celebrizada pela primeira aparição de Nossa Senhora de Fátima e que, até hoje, é a mais bela data da história da América.

A repercussão foi enorme. D. Pedro II, quase agonizante em Nápoles, recuperou a saúde, ao receber no hospital a notícia. E o Papa Leão XIII, o Papa dos Operários, mandou uma Rosa de Ouro para a Princesa.

LIVROS PARA A JUVENTUDE

1 — *As Cruzadas* — Sérgio D. T. Macedo
2 — *Noventa e Três* — Vítor Hugo. Tradução e adaptação de Lúcia Lima Bellard
3 — *Rob Roy* — Walter Scott. Tradução e adaptação de Sérgio D. T. Macedo
4 — *Ivanhoé* — Walter Scott. Tradução e adaptação de F. da Silva Ramos
5 — *Últimos Dias de Pompéia* — Bulwer Lytton. Adaptação de Sérgio D. T. Macedo
6 — *As Mais Belas Histórias da Mitologia* — Sérgio D. T. Macedo
7 — *Histórias Maravilhosas* — Alexandre Dumas. Tradução e adaptação de Sérgio D. T. Macedo
8 — *Guerra dos Cem Anos* — Sérgio D. T. Macedo
9 — *O Mágico de Oz* — L. Frank Baum. Tradução e adaptação de Celso Luiz Amorim
10 — *Ilha do Tesouro* — R. L. Stevenson. Adaptação de F. da Silva Ramos
11 — *Caçadores de Tesouros* — Sérgio D. T. Macedo
12 — *As Mais Belas Histórias da Bíblia* — Dom Oscar de Oliveira, Arcebispo de Mariana
13 — *Memórias do Rio* — Sérgio D. T. Macedo
14 — *Tartarin de Tarascon* — Adaptação brasileira
15 — *Aladim e a Lâmpada Mágica* — Adaptação de Sérgio dos Santos de Oliveira
16 — *Branca de Neve e os Sete Anões.* — Grimm. Adaptação de Abiah Lopes
17 — *Moby Dick* — H. Melville. Adaptação de F. da Silva Ramos
18 — *Cavaleiros da Távola Redonda* — Diogo Teixeira
19 — *Tiradentes e o Aleijadinho* — Sérgio D. T. Macedo
20 — *História da Terra e do Homem* — Sérgio D. T. Macedo
21 — *Amazonas* — Sérgio D. T. Macedo
22 — *Terra de Homens Livres* — Enid La Monte Meadowcroft. Tradução e adaptação de P. A. do Nascimento Silva
23 — *Você e a Democracia* — Dorothy Gordon. Tradução e adaptação de F. da Silva Ramos
24 — *Êles Fizeram a História do Brasil,* 1.º volume — Roberto Macedo
25 — *Palmares, A Tróia Negra* — Sérgio D. T. Macedo
26 — *Uma Casa na Floresta* — Laura Ingalls Wilder. Tradução e adaptação de Constantino Paleólogo
27 — *São Paulo de Piratininga* — Sérgio D. T. Macedo
28 — *A Guerra do Paraguai* — Sérgio D. T. Macedo
29 — *Uma Casa na Campina* — Laura Ingalls Wilder. Tradução e adaptação de Constantino Paleólogo
30 — *Êles Fizeram a História do Brasil,* 2.º volume — Roberto Macedo
31 — *Do Pau-brasil ao Petróleo* — Sérgio D. T. Macedo
32 — *Da Cadeirinha ao Avião* — Sérgio D. T. Macedo
33 — *As Mais Belas Histórias do Cristianismo* — Cônego Paulo Dilascio.

34 — *O Jovem Fazendeiro* — Laura Ingalls Wilder. Tradução de Constantino Paleólogo
35 — *As Lutas Contra o Invasor* — Sérgio D. T. Macedo
36 — *As Artes no Brasil* — Sérgio D. T. Macedo
37 — *A Queda do Império* — Sérgio D. T. Macedo
38 — *História de Minas* — João Camilo de O. Tôrres
39 — *Êles Fizeram a História do Brasil*, 3.º volume — Roberto Macedo
40 — *Histórias que Ficaram na História* — Sérgio D. T. Macedo.
41 — *A Catequese* — Cônego Pedro Terra
42 — *A Epopéia das Bandeiras* — Sérgio D. T. Macedo.
43 — *História do Império* — João Camilo de O. Tôrres
44 — *Os Descobrimentos* — Sérgio D. T. Macedo.
45 — *Os Primeiros Habitantes do Brasil* (Índios e Colonos) — Sérgio D. T. Macedo
46 — *As Lutas pela Liberdade* — Sérgio D. T. Macedo
47 — *Êles Fizeram a História do Brasil*, 4.º Volume — Roberto Macedo
48 — *História da Vida de Rui Barbosa* — Américo Palha
49 — *Êles Fizeram a História do Brasil*, 5.º Volume — Roberto Macedo
50 — *A Conquista do Rio Amazonas* — Sílvio de Bastos Meira
51 — *A Estrêla Azul* — Murillo Araújo
52 — *A Literatura no Brasil* — Maria Luiza Cavalcanti
53 — *De Tordesilhas à O.P.A.* — Sérgio D. T. Macedo e P. A. do Nascimento Silva
54 — *História Colonial do Nordeste* — Flávio Guerra
55 — *À Margem da Lagoa Prateada* — Laura Ingalls Wilder. Tradução de Carlos Evaristo M. Costa.
56 — *À Beira do Riacho* — Laura Ingalls Wilder. Tradução de Luiz Fernandes
57 — *O Longo Inverno* — Laura Ingalls Wilder. Tradução de Manuel Inocêncio L. dos Santos
S/N — *A Preparação de Um Astronauta* — Ten. Cel. Philip N. Pierce e Karl Schuon — Trad. e Adap. de Miécio Araújo J. Honkis

ENCICLOPÉDIA JUVENIL

1 — *O Corpo Humano.*
2 — *Expedições Científicas.*
3 — *O Átomo.*
4 — *Maravilhas da Química.*
5 — *As Estrêlas.*
6 — *A Eletricidade.*
7 — *Foguetes e Jatos.*
8 — *Os Grandes Rios do Mundo.*
9 — *Famosos Inventores e seus Inventos.*
10 — *As Grandes Descobertas da Medicina.*
11 — *A Orquestra Sinfônica.*
12 — *Rádio e Televisão.*
13 — *Os Planêtas.*
14 — *O Mar.*
15 — *A Selva.*

(*Novos volumes já em final de impressão*)

*

Obra executada nas oficinas da
SÃO PAULO EDITORA S. A.
Rua Barão de Ladário, 226
São Paulo 6, SP — Brasil

LIVROS PARA A JUVENTUDE

HISTÓRIA DO IMPÉRIO

JOÃO CAMILO DE OLIVEIRA TÔRRES

O Império é uma das fases mais interessantes de nossa História, com acontecimentos marcantes, cujas conseqüências até hoje se fazem sentir. Não é possível compreender o Brasil de nossos dias, sem conhecer o Brasil de Pedro II — eis uma grande verdade.

Neste livro, bem pensado e bem organizado, João Camilo de Oliveira Tôrres fornece ao leitor uma excelente visão panorâmica do império brasileiro com os seus problemas, as suas inquietações e as suas grandes realizações. É como se êle desse a mão do leitor e, recuando no tempo, o conduzisse a um longo passeio por um país tranqüilo onde vivia uma sociedade interessante com costumes bastante curiosos.

Nesta Série:

HISTÓRIA DE MINAS

A QUEDA DO IMPÉRIO

ÊLES FIZERAM A HISTÓRIA DO BRASIL

Lista completa dos títulos desta coleção, já lançados, na parte interna, no final dêste livro.

DISTRIBUIDORA RECORD
RIO DE JANEIRO